

Ata n.º 9/2023

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 18 de outubro de 2023, com início pelas 15:23, teve lugar reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Pedro Barbas Homem, coadjuvado pela Professora Maria José Rangel de Mesquita, e secretariada pela Professora Madalena Perestrelo de Oliveira.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Distribuição de serviço docente;
3. Pessoal docente;
4. Concursos da carreira docente;
5. Inquéritos pedagógicos aos docentes (com a participação do Presidente do Conselho Pedagógico);
6. Licenciatura;
7. Mestrados;
8. Doutoramentos;
9. Pós-doutoramentos;
10. Cooperação;
11. Erasmus e Relações Internacionais;
12. Outros assuntos.

Estiveram presentes na reunião os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Fernando Araújo, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Ana Paula Dourado, Paulo Sousa Mendes, Fernando Loureiro Bastos, Sílvia Alves, Pedro Caridade de Freitas, Lourenço Vilhena de Freitas, Elsa Dias Oliveira, João Espírito Santo e Miguel Prata Roque.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Professora Maria Fernanda Palma foi substituída pelo Professor Rui Pinto. O Professor Guilherme d'Oliveira Martins foi substituído pelo Professor Renato Gonçalves. O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Catarina Salgado.

Esteve, ainda, presente na reunião a representante dos assistentes, a Dr.^a Filipa Caldas.

1. Informações

O Professor Miguel Teixeira de Sousa informou o Conselho de que a Faculdade recebeu da Filha do Professor Pontes de Miranda uma doação de livros para a biblioteca.

2. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Aprovação da ata da reunião anterior)

A ata n.º 8/2023 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária do Conselho Científico de 13 de setembro de 2023, foi aprovada, por unanimidade, por todos os Professores que estiveram presentes nessa reunião.

3. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Distribuição de serviço docente)

Os ajustamentos à distribuição de serviço docente do grupo de Ciências Jurídico-Políticas, para o ano letivo 2023/2024, constante do Anexo 1, foram aprovados por unanimidade.

4. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

4.1. O Professor Fernando Araújo apresentou ao Conselho a proposta de contratação como Professora Auxiliar Convidada da Doutora Tânia Faria.

O Professor Miguel Prata Roque apelou a que se estabeleçam critérios idênticos nos vários Grupos para propor a contratação como Professor Auxiliar Convidado. O Presidente do Conselho Científico informou que têm sido levadas ao Conselho, pelos vários Grupos, propostas de contratação dos assistentes da Faculdade, que fazem o Doutoramento com nota de distinção.

A Professora Ana Paula Dourado destacou a premência da contratação da Doutora Tânia Faria, recordando que (i) a jubilação do Professor Eduardo Paz Ferreira; (ii) a ida do Professor Nuno Cunha Rodrigues para a Autoridade da Concorrência; (iv) que o Professor Paulo Alves Pardal se encontra na Guiné-Bissau e, por fim, (v) que estará de licença sabática no segundo semestre deste ano letivo. Estes fatores determinam que não haja Doutores suficientes para as disciplinas do Grupo. A Professora destacou que, para além do mérito da candidata, também estão subjacentes à proposta de contratação as necessidades letivas do Grupo e a necessidade de promover uma solução célere para responder à situação atual.

Seguiu-se troca de ideias entre os Professores Miguel Teixeira de Sousa e Miguel Prata Roque sobre os critérios de apresentação de convite para Professor Auxiliar Convidado.

O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, a proposta de contratação da Professora Tânia Luísa Farinha e Faria como Professora Auxiliar Convidada da Faculdade. Nos termos do disposto nos arts. 5.º e 9.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade de Lisboa, a proposta de convite foi apresentada pelos Professores Fernando Araújo e Ana Paula Dourado, cujo parecer constitui o Anexo 2 à presente ata.

4.2. Perante a necessidade de completar a distribuição de serviço docente na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, no curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de contratação, a 50%, do Mestre João Andrade Nunes, como Assistente Convidado, para o primeiro semestre do ano letivo 2023/2024 (Anexo 3).

4.3. Após a apresentação dos critérios de contratação de Assistentes Convidados pela Professora Maria João Estorninho, a proposta de contratação de assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas foi aprovada, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 4.

4.4. O Professor Miguel Teixeira de Sousa apresentou a proposta de contratação do Dr. Diogo Canário como assistente convidado do Grupo de Ciências

8 h



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Jurídicas, nos termos constantes do Anexo 5. Esclareceu que, após a aprovação da distribuição de serviço docente, houve uma assistente convidada que não aceitou continuar em funções e esclareceu, ainda, que a proposta apresentada recorre à última graduação efetuada.

O Professor Miguel Prata Roque, na linha de anteriores intervenções no Conselho, afirmou que os procedimentos de contratação devem ser competitivos. O candidato foi graduado para o ano 2022/2023, pelo que repescar este candidato significa afastar outros candidatos que não tiveram oportunidade de se apresentar a procedimento competitivo. Afirma que não está em causa qualquer juízo sobre as capacidades pedagógicas e científicas do candidato, mas apenas considerações sobre o procedimento a adotar para a contratação.

Foi aprovada, por maioria, a proposta de contratação do Dr. Diogo Canário como assistente convidado do Grupo de Ciências Jurídicas. Votaram contra os Professores Miguel Prata Roque e João Espírito Santo.

4.5. O Professor Miguel Teixeira de Sousa apresentou a proposta de contratação da Dr.^a Suzana Tavares Mesquita como Assistente Convidada do Grupo de Ciências Jurídicas, nos termos constantes do Anexo 6. A proposta foi aprovada por maioria, com o voto contra do Professor Miguel Prata Roque.

4.6. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes do Professor Januário da Costa Gomes com as de docente na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa no ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.7. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes do Professor Pedro Caridade de Freitas com as de docente na Universidade Lusíada no ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.8. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes do Professor João Miranda com as de docente na

Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, no 1.º semestre do ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.9. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes da Professora Ana Catarina Salgado com as de docente no ISMAT - Instituto Manuel Teixeira Gomes, no 1.º semestre do ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.10. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes da Professora Maria Fernanda Palma com as de docente no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna no ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.11. O Conselho designou os Professores Pedro Barbas Homem e Eduardo Vera-Cruz Pinto para constituírem o júri encarregado da apreciação do curriculum vitae e do relatório do Professor Auxiliar Jorge Silva Santos, do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, relativos à nomeação definitiva.

5. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Concursos da carreira docente)

O Presidente do Conselho Científico recordou que, na sequência da última acreditação pela A3ES, verificou-se que a Faculdade cumpria deficitariamente a ratio de Professores face aos assistentes, razão pela qual a Agência recomendou que a Faculdade fosse dando conta dos esforços que se encontra a desenvolver no sentido de reforçar a composição do seu corpo docente com doutoramento.

O Presidente do Conselho Científico apelou a que os Professores formulem propostas de alteração às minutas de edital constantes dos Anexos 7 e 8, para serem discutidas em posterior reunião do Conselho Científico. O Presidente do Conselho Científico informou, ainda, que ao próximo Conselho Científico irão as propostas de constituição de júris dos concursos que venham a abrir nas diferentes categorias.

A Professora Maria João Estorninho congratulou-se com a abertura de concursos, destacando a sua importância para a Faculdade. O Professor Miguel Prata



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Roque questionou quando seriam discutidas as opções de abertura de vagas para Professor Auxiliar, Associado ou Catedrático. Salientou que a Faculdade se encontra em défice relativamente ao número de Professores, razão pela qual deve ser dada preferência à contratação de Professores Auxiliares, pois a contratação de Professores Associados não resolve este problema. Por fim, indagou sobre a disponibilidade financeira para contratar. O Professor João Espírito Santo, não se pronunciando relativamente à minuta de edital para o concurso para Professor Associado porque pode ter nele interesse, apelou a que se verificasse que todos os critérios se baseiam no mérito.

O Presidente do Conselho Científico afirmou não conceber uma Faculdade sem abertura de concursos. No entanto, destacou o enorme esforço de natureza administrativa associado aos concursos. Desde janeiro de 2022 que foram abertos e realizados 9 concursos, o que é muito exigente do ponto de vista administrativo, considerando que a Faculdade tem poucos recursos humanos e que é importante não sobrecarregar ninguém, uma vez que isso pode gerar um bloqueio organizativo por falta de recursos humanos qualificados. Salientou, por fim, as dificuldades associadas a encontrar professores de outras Faculdades altamente qualificados disponíveis para integrar os júris.

A Professora Ana Paula Dourado aderiu ao que foi dito e acrescentou que se o crescimento de Doutoramentos continuar no mesmo ritmo se pode começar a pensar num redirecionar dos Doutorados para os Centros de Investigação! O Presidente do Conselho Científico afirmou que a carreira de investigador é uma carreira paralela e precária, que pode gerar expectativa de posterior ingresso na carreira docente, sem, no entanto, passar pelos concursos da carreira docente, o que pode gerar situações melindrosas.

6. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos [Inquéritos pedagógicos aos docentes (com a participação do Presidente do Conselho Pedagógico)]

Considerando que se encontra a decorrer o período de audiência prévia dos docentes, o ponto 5 da Ordem de Trabalhos foi adiado.

7
b

7. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Cooperação)

O ponto 10 da Ordem de Trabalhos foi antecipado, O Professor Fernando Loureiro Bastos informou o Conselho sobre as atividades de cooperação que tiveram lugar a partir de junho:

I. Angola

- 17 de julho - visita do Decano da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, para finalização do protocolo que tinha sido assinado em 2021
- discussão de mestrados de Jurídico-Empresariais e Jurídico-Forenses na Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos - 23 candidatos aprovados entre março e maio de 2023 e 11 candidatos com marcação para a realização de provas públicas online - com o apoio de Professores de jurídico-criminais
- 2 de outubro de 2023 - visita do Decano da Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Buíla, Benguela

II. Goa

- assinatura em outubro de um protocolo com a Manohar Parrikar School of Law, Governance and Public Policy da Universidade de Goa
- O Professor Fernando Loureiro Bastos chamou a atenção para que os dois anteriores protocolos eram com entidades privadas, reconhecidas pela Universidade de Goa

III. Guiné-Bissau

- lecionação presencial de módulo da pós-graduação em Contratação Pública, pela Professora Ana Gouveia Martins, em junho, com a participação de 60 alunos
- participação na Conferência Internacional sobre os 50 anos de constitucionalismo na Guiné-Bissau a 22 e 23 de setembro, por parte do Presidente ICJ e dos Professores Jaime Valle e Kafft Kosta



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

- excelentes perspetivas relativamente à criação de um mestrado em Administração Pública na Faculdade de Direito de Bissau - a pedido da FDB e da Cooperação Portuguesa, com apoio do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação Científica.
- visita oficial do Presidente da Guiné-Bissau a Portugal no final de outubro e do Presidente da República de Portugal a Bissau em novembro, para as celebrações oficiais da independência da Guiné-Bissau.

IV. Moçambique

- deslocação a Maputo do Professor Januário da Costa Gomes para formação em Direito Marítimo no âmbito da criação dos tribunais marítimos, em julho de 2023.
- visita do Reitor da UEM à Faculdade e UL a 18 de julho.
- deslocação a Maputo do Professor Pedro Sánchez para dar formação em Contratação Pública no âmbito da formação de magistrados solicitada pelo Tribunal Supremo de Moçambique, em setembro de 2023
- deslocação a Maputo dos Professores Fernando Loureiro Bastos e Catarina Salgado para módulo de Projeto de Investigação do Mestrado em Ciências Jurídicas, envolvendo a apreciação de 50 projetos de investigação, em setembro de 2023
- encontro com o Embaixador de Portugal, reafirmado o apoio à cooperação académica, em particular com Universidade Eduardo Mondlane, em setembro de 2023

V. Universidade Paris 1 (Sorbonne), França

- reunião em Paris, em junho, com o responsável do Mestrado de Estudos Africanos e discussão da possibilidade de discutir atividades conjuntas.
- convite para Professor Visitante em março de 2024

Em nome do Conselho, o Presidente do Conselho Científico endereçou um voto de felicitação pelas atividades de cooperação.

8. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

8.1. Foi aprovada, por unanimidade, a constituição dos júris de Mestrado constantes dos Anexos 9 a 16.

8.2. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de alteração de tema constantes dos Anexos 17 a 22.

8.3. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de título constante do Anexo 22.

8.4. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de orientador constante do Anexo 23.

8.5. Foram aprovados, por unanimidade, os mapas de alteração de júri constantes dos Anexos 25-28.

8.6. O Conselho tomou conhecimento da constituição do júri de Mestrado em Direito e Gestão de Caroline Matos, constante do Anexo 29. O Professor Paulo Sousa Mendes destacou que esta é a primeira prova do primeiro curso do Mestrado em Direito e Gestão e que a aluna em causa foi a melhor aluna do curso, tendo sido premiada com um estágio de verão de 3 meses num escritório norte-americano.

8.7. Foi admitido à segunda fase do Mestrado, o aluno Amadu Baldé, nos termos do Anexo 30.

9. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

9.1. Foi aprovada a constituição dos júris de doutoramento constantes dos Anexos 31 e 32.

9.2. Foi aprovada a alteração de júri de doutoramento de Carlos Lima, nos termos constantes do Anexo 33.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

9.3. Foi aprovada a admissão à fase de preparação da tese de doutoramento com dispensa da fase escolar de Ricardo Neves, nos termos constantes do Anexo 34.

10. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Pós-doutoramentos)

10.1. Foi discutido o papel dos pós-doutoramentos como forma de integrar professores estrangeiros na Faculdade. O Professor Vasco Pereira da Silva esclareceu o papel do Gabinete Erasmus nessa tarefa.

10.2. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de admissão a pós-doutoramentos constantes do Anexo 35.

10.3. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júri de pós-doutoramento constante do Anexo 36.

11. Ponto 11 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

O Professor Vasco Pereira da Silva deu nota do início das atividades do Gabinete Erasmus e Relações Internacionais. Destacou o início dos cursos intensivos e a vinda de Professores de diversas Faculdades. O Professor Vasco Pereira da Silva informou que o acordo com a Faculdade permite o convite a 24 Professores para lecionarem cursos intensivos. No entanto, esse número é reduzido face à procura por estes cursos, razão pela qual é importante podermos recorrer, em paralelo, à Fullbright ou a outras instituições porque se aumenta os Professores com quem é possível estabelecer parcerias.

Este ano foi aberto um concurso especial Erasmus – o concurso ICM (International Credit Mobility) – que permite a mobilidade de estudantes, docentes e funcionários em instituições de ensino superior fora da Europa e a Faculdade foi contemplada com bolsas para a Palestina.

Também tem sido explorada, pelo Gabinete Erasmus, a possibilidade de Professores estrangeiros visitarem a Faculdade, a nosso convite, mas com bolsa atribuída pelo país de origem.

O Professor Vasco Pereira da Silva notou a importância de algumas iniciativas

para a internacionalização da Faculdade, apresentando o exemplo de um juiz do Supremo Tribunal Espanhol, que frequentou o doutoramento em cotutela e cuja tese vai ser discutida no início do próximo ano, em Múrcia. Também um Doutoramento espanhol contactou a Faculdade para aí frequentar um pós-doutoramento. O Professor Vasco Pereira da Silva salientou, em suma, o caminho de internacionalização que tem vindo a ser traçado pela Faculdade.

O Diretor da Universidade de Xangai contactou o Professor Vasco Pereira da Silva manifestando a intenção de retomar o acordo vigente pré pandemia e voltar a enviar alunos para a Faculdade. Este retomar de contacto significa também um regresso ao ELPIS e o seu alargamento.

O Professor Vasco Pereira da Silva informou, ainda, o Conselho da iminente divulgação do próximo número da revista, especialmente dedicado à inteligência artificial. Pela primeira vez, a atividade do ELPIS é alargada à América Latina.

Em nome do Conselho, o Presidente do Conselho Científico dirigiu um voto de felicitações ao Professor Vasco Pereira da Silva pelo dinamismo.

12. Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 18:35.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Pedro Barbas Homem)

A Secretária do Conselho Científico



(Professora Madalena Perestrelo de Oliveira)



DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE
CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS
2023/2024

1.º CICLO

LICENCIATURA EM DIREITO

1.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

101-Introdução ao Estudo do Direito I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Miguel Nogueira de Brito (2 subturmas) Pedro Duarte Silva (2 subturmas) Telmo Rodrigues (2 subturmas)
201-Introdução ao Estudo do Direito II – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Miguel Nogueira de Brito (1 subturma) Pedro Duarte Silva (2 subturmas) Telmo Rodrigues (2 subturmas) Alassana Baldé (1 subturma)
107-Direito Constitucional I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Pedro Sánchez (3 subturmas) Ricardo Branco (1 subturma) Pedro Lomba (3 subturmas)
207-Direito Constitucional II – Dia A – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	Pedro Sánchez (3 subturmas) Ricardo Branco (1 subturma) Pedro Lomba (3 subturmas)
107-Direito Constitucional I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Jaime Valle



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Colaboradores	Pedro Moniz Lopes (2 subturmas) Mariana Melo Egídio (3 subturmas) Tiago Freitas (2 subturmas)
---------------	---

207-Direito Constitucional II – Dia B – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Jaime Valle
Colaboradores	Pedro Moniz Lopes (2 subturmas) Mariana Melo Egídio (3 subturmas) Sara Azevedo (1 subturma) Pedro Delgado Alves (1 subturma)

107-Direito Constitucional I – Dia C – 8 subturmas – S.1.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Raquel Brízida Castro (2 subturmas) Vitalino Canas (1 subturma) Ricardo Branco (2 subturmas) Jorge Sampaio (2 subturmas) Maria do Rosário Rebordão (1 subturma)

207-Direito Constitucional II – Dia C – 8 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Raquel Brízida Castro (1 subturma) Vitalino Canas (1 subturma) Ricardo Branco (2 subturmas) Jorge Sampaio (2 subturmas) Sara Azevedo (1 subturma) Maria do Rosário Rebordão (1 subturma)

107-Direito Constitucional I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Kafft Kosta (1 subturma) João Tornada (2 subturmas) Lis Cisz (1 subturma) Maria do Rosário Rebordão (2 subturmas)

207-Direito Constitucional II – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Nogueira de Brito
Colaboradores	Kafft Kosta (1 subturma) João Tornada (1 subturma) Gonçalo Carrilho (3 subturmas) Lis Cisz (1 subturma)



XXX-Filosofia do Direito – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Pedro Moniz Lopes
Colaboradores	Tiago Barboza (2 subturmas)

2.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

106 - Direito Administrativo I – Dia A – 9 subturmas – S.1.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	João Tiago Silveira (4 subturmas) Tiago Serrão (2 subturmas) Ricardo Neves (3 subturmas)

206 - Direito Administrativo II – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Paulo Otero
Colaboradores	João Tiago Silveira (3 subturmas) Tiago Serrão (2 subturmas) Ricardo Neves (3 subturmas) Sara Matos (1 subturma)

106 - Direito Administrativo I – Dia B – 8 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Miguel Prata Roque (2 subturmas) Beatriz García (3 subturmas) Pedro Santos Azevedo (2 subturmas + 1 subturma em inglês) Alassana Baldé (1 subturma)

206 - Direito Administrativo II – Dia B – 8 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Miguel Prata Roque (2 subturmas) Jorge Pação (2 subturmas) Beatriz García (3 subturmas) Pedro Santos Azevedo (1 subturma + 1 subturma em inglês)

106 - Direito Administrativo I – Noite – 5 subturmas – S.1.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Ana Neves (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

	Sandra Lopes Luís (2 subturmas) Miguel Arnaud de Oliveira (1 subturma) Alassana Baldé (1 subturma)
--	--

206 - Direito Administrativo II – Noite – 5 subturmas – S.2.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Ana Neves (1 subturma) Sandra Lopes Luís (1 subturma) Miguel Arnaud de Oliveira (1 subturma) Diogo Calado (1 subturma) Alassana Baldé (1 subturma)

114 - Direito Internacional Público I – Dia A – 9 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Lourenço de Freitas
Colaboradores	Lourenço de Freitas (1 subturma + 1 subturma em inglês) Vladyslava Kaplina (3 subturmas) Afonso Brás (3 subturmas) Francisco Cordeiro de Araújo (2 subturmas)

114-Direito Internacional Público I – Dia B – 9 subturmas + 2 subturmas em inglês – S.1.	
Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	Jaime Valle (3 subturmas) Tiago Freitas (2 subturmas em inglês) Joana Gama Gomes (3 subturmas) Inês Pedreiro Gomes (3 subturmas)

114 - Direito Internacional Público I – Noite – 5 subturmas – S.1.	
Regente	Jaime Valle
Colaboradores	Cristina Machado (2 subturmas) Afonso Brás (1 subturma) Pedro Carvalho (2 subturmas)

251 - Direito da União Europeia – Dia B – 9 subturmas + 3 subturmas em inglês – S.2.	
Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	Ana Rita Gil (2 subturmas) Heloísa Oliveira (1 subturma em inglês) Rita Curro (2 subturmas) Francisco Cordeiro de Araújo (2 subturmas em inglês) Inês Pedreiro Gomes (2 subturmas) Pedro Carvalho (3 subturmas)



8
2

251 - Direito da União Europeia – Noite – 5 subturmas – S.2.	
Regente	Maria José Rangel de Mesquita
Colaboradores	Hong Cheng Leong (1 subturma) Gustavo Almeida Neves (2 subturmas) Lis Cisz (2 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

143-Ciência Política – Dia A– 2 subturmas – S.1.	
Regente	Luís Pereira Coutinho
Colaboradores	Sara Azevedo (2 subturmas)

143-Ciência Política – Dia B – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Prata Roque
Colaboradores	Francisco Cordeiro Araújo (2 subturmas) Bernardo Alvim (2 subturmas)

143 - Ciência Política – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Vitalino Canas
Colaboradores	Mafalda Serrasqueiro (1 subturma)

3.º Ano

Unidades curriculares opcionais

306-Direito Administrativo III – Dia A – 2 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Sara Matos (1 subturma + 1 subturma em inglês) Miguel Arnaud de Oliveira (1 subturma)

306-Direito Administrativo III – Dia B – 2 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Maria João Estorninho
Colaboradores	Sara Matos (1 subturma) Miguel Arnaud de Oliveira (1 subturma + 1 subturma em inglês)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

306-Direito Administrativo III – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Miguel Assis Raimundo
Colaboradores	Marco Caldeira (1 subturma)

157-Direito do Urbanismo – Dia A – 1 subturma – S.2.	
Regente	João Miranda
Colaboradores	João Miranda (1 subturma)

157-Direito do Urbanismo – Dia B – 1 subturma – S.1.	
Regente	João Miranda
Colaboradores	João Miranda (1 subturma)

157-Direito do Urbanismo – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Ana Neves
Colaboradores	Diogo Calado (1 subturma)

4.º Ano

Unidades curriculares obrigatórias

282-Contencioso Administrativo e Tributário – Dia – 13 subturmas + 1 subturma em inglês – S.1.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Miguel Assis Raimundo (1 subturmas + 1 subturma em inglês) José Duarte Coimbra (4 subturmas) Diogo Calado (3 subturmas) Rita Curro (4 subturmas) Pedro Delgado Alves (1 subturma)

282-Contencioso Administrativo e Tributário – Noite – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Carla Amado Gomes
Colaboradores	Carla Amado Gomes (1 subturma) Marco Caldeira (2 subturmas) Hong Cheng Leong (1 subturma)

138-Direitos Fundamentais – Dia – 14 subturmas + 2 subturmas em inglês – S.2.	
Regente	Maria José Rangel de Mesquita
Colaboradores	Cláudia Monge (4 subturmas)



	Gonçalo Fabião (1 subturma) Cristina Sousa Machado (3 subturmas) Mafalda Serrasqueiro (2 subturmas) Afonso Brás (2 subturmas) Gustavo Almeida Neves (1 subturma em inglês) Margarida Sampaio (2 subturmas + 1 subturma em inglês)
--	--

138-Direitos Fundamentais – Noite – 4 subturmas – S.1.	
Regente	David Duarte
Colaboradores	David Duarte (1 subturma) Gonçalo Fabião (2 subturmas) Margarida Sampaio (1 subturma)

Unidades curriculares opcionais

263-Direito do Contencioso da União Europeia – Dia – 3 subturmas + 2 subturmas em inglês – S.1.	
Regente	Maria José Rangel de Mesquita
Colaboradores	Rui Tavares Lanceiro (1 subturma + 1 subturma em inglês) Gustavo Almeida Neves (1 subturma + 1 subturma em inglês) Ricardo Marcos (1 subturma)

263-Direito do Contencioso da União Europeia – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Maria Luísa Duarte
Colaboradores	João Tornada (1 subturma)

268 - Direito do Ambiente – Dia – 3 subturmas + 2 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Vasco Pereira da Silva
Colaboradores	Rui Tavares Lanceiro (2 subturmas) Jorge Pação (1 subturma + 1 subturma em inglês) Pedro Santos Azevedo (1 subturma em inglês)

268 - Direito do Ambiente – Noite – 1 subturma + 3 subturmas em inglês – S.1.	
Regente	Carla Amado Gomes
Colaboradores	Carla Amado Gomes (1 subturma) Heloísa Oliveira (1 subturma em inglês) Hong Cheng Leong (2 subturmas em inglês)

314 - Direito Internacional Público II – Dia – 3 subturmas + 2 subturmas em inglês – S.1.	
Regente	Fernando Loureiro Bastos



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Colaboradores	Fernando Loureiro Bastos (1 subturma em inglês) Ana Soares Pinto (1 subturma) António Peças Pereira (2 subturmas + 1 subturma em inglês)
---------------	--

314-Direito Internacional Público II – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Rui Tavares Lanceiro
Colaboradores	Joana Gama Gomes (1 subturma)

258-Justiça Constitucional – Dia – 3 subturmas + 1 subturma em inglês – S.2.	
Regente	Raquel Brízida Castro
Colaboradores	António Peças Pereira (2 subturmas + 1 subturma em inglês) Maria do Rosário Rebordão (1 subturma)

258-Justiça Constitucional – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Rui Tavares Lanceiro
Colaboradores	Tiago Barboza (2 subturmas)

310 - Proteção Internacional dos Direitos do Homem – Dia – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Ana Soares Pinto
Colaboradores	Vladyslava Kaplina (3 subturmas) Bernardo Alvim (1 subturma)

310 - Proteção Internacional dos Direitos do Homem – Noite – 1 subturma + 2 subturmas em inglês – S.1.	
Regente	Ana Rita Gil
Colaboradores	Ricardo Marcos (1 subturma + 1 subturma em inglês) Bernardo Alvim (2 subturmas em inglês)

LICENCIATURA EM ESTUDOS EUROPEUS¹

Relações Internacionais – Dia – 1 subturma – S.1.	
Regente	Ana Soares Pinto
Colaboradores	Margarida Sampaio (1 subturma)

Direito Internacional Público – Dia – 2 subturmas – S.2.	
---	--

¹ Lecionada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

8

5

Regente	Eduardo Correia Baptista
Colaboradores	Ricardo Marcos (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2.º CICLO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS COMUNS A TODAS AS ESPECIALIDADES

XXX – Introdução à Metodologia de Investigação Científica I – S.1.	
Turma A	Heloísa Oliveira
Turma B	Jorge Sampaio
Turma C	Marco Caldeira

XXX – Introdução à Metodologia de Investigação Científica II – S.2.	
Turma A	Heloísa Oliveira
Turma B	Jorge Sampaio
Turma C	Marco Caldeira

ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

XXX – Organização Administrativa – S.1.	
Turma A	Lourenço de Freitas
Turma B	Ana Neves

XXX – Políticas Públicas – S.1.	
Turma A	Alexandra Leitão
Turma B	Pedro Moniz Lopes

XXX – Direito do Procedimento Administrativo – S.2.	
Turma A	Ana Neves
Turma B	Ana Gouveia Martins

XXX – Direito da Contratação Pública – S.2.	
Turma A	Lourenço Vilhena Freitas
Turma B	Miguel Assis Raimundo

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

XXX – Direito Administrativo dos Bens – S.1.	
Turma A	João Miranda
Turma B	Ana Gouveia Martins



XXX – Governance Administrativa – S.1.	
Turma A	Miguel Prata Roque

XXX – Direito do Urbanismo – S.2.	
Turma A	Jorge Sampaio

XXX – Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público – S.2.	
Turma A	Sandra Lopes Luís

XXX – Contencioso Administrativo e Tributário² – S.2.	
Turma A	Miguel Assis Raimundo
Turma B	João Tiago Silveira

263 – Direito do Contencioso da União Europeia³ – S.2.	
Turma A	Ana Soares Pinto

ESPECIALIDADE DE DIREITO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DA ENERGIA

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

XXX – Direito Administrativo do Ambiente – S.1.	
Turma A	Carla Amado Gomes

XXX – Direito da Água e dos Resíduos – S.2.	
Turma A	João Miranda

XXX – Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia – S.2.	
Turma A	Heloísa Oliveira

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

XXX – Direito dos Recursos Naturais e das Energias Renováveis – S.1.	
Turma A	Ricardo Branco

XXX – Direito do Gás e do Petróleo – S.1.	
Turma A	Marco Caldeira

² Unidade curricular comum à especialidade de Ciências Jurídico-Forenses.

³ Unidade curricular comum às especialidades de Direito Internacional e Relações Internacionais e de Ciências Jurídico-Forenses.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

XXX – Responsabilidade por dano ecológico e dano ambiental – S.2.	
Turma A	Heloísa Oliveira

ESPECIALIDADE DE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

0427-Relações Internacionais – S.2.	
Turma A	Luís Pereira Coutinho

0425-Direito das Nações Unidas – S.1.	
Turma A	Eduardo Correia Baptista
Turma B ⁴	Ana Soares Pinto
Turma C	Ana Rita Gil

XXX – Direito Internacional dos Direitos Humanos – S.2.	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos
Turma B	Ana Soares Pinto
Turma C ⁵	Ana Rita Gil

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

0429-Direito Internacional do Mar – S.1.	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos

0432-Justiça Internacional – S.1.	
Turma A	Maria José Rangel de Mesquita
Turma B ⁶	Ana Rita Gil

0430-Direito da Responsabilidade Internacional – S.2.	
Turma A	Eduardo Correia Baptista

0428-Direito Diplomático e Consular – S.2.	
Turma A	Jaime Valle
Turma B ⁷	Jaime Valle

0431-Organizações Internacionais - S.2.	
Turma A ⁸	Lourenço Vilhena Freitas

⁴ Lecionada em inglês.

⁵ Lecionada em inglês.

⁶ Lecionada em inglês.

⁷ Lecionada em inglês.



Turma B	Ana Rita Gil
---------	--------------

263-Direito do Contencioso da União Europeia – S.2.	
Turma A	Ana Soares Pinto

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

UNIDADE CURRICULAR OBRIGATÓRIA

0258-Justiça Constitucional – S.2.	
Turma A	Raquel Brízida Castro
Turma B	Vitalino Canas
Turma C	Kafft Kosta

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS

0404 - Direito da Contratação Pública – S.1.	
Turma A	-----

263-Direito do Contencioso da União Europeia⁹ – S.2.	
Turma A	Ana Soares Pinto

MESTRADO EM SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E DIREITO NO CIBERESPAÇO

XXX – Direito Constitucional da Informática – S.1.	
Turma A	Raquel Brízida Castro

MESTRADO EM DIREITO E GESTÃO

XXX – Contracts – S.1.	
Turma A	Miguel Assis Raimundo

⁸ Lecionada em inglês.

⁹ Unidade curricular comum às especialidades de Direito Internacional e Relações Internacionais e de Ciências Jurídico-Forenses.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

UNIDADE CURRICULAR OBRIGATÓRIA COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES

XXX/XXX - Metodologia de Investigação Científica – S.1.	
Turma A	Eduardo Correia Baptista
Turma B	Ana Rita Gil
Turma C	Kafft Kosta

ESPECIALIDADE DE TEORIA DO DIREITO

1256/1257- Teoria do Direito – A.	
Turma A	Luís Pereira Coutinho

ESPECIALIDADE DE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

1214/1215- Direito Institucional da União Europeia – A.	
Turma A	Ana Soares Pinto

XXX/XXX - Contencioso da União Europeia – A.	
Turma A	Maria Luísa Duarte

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

1178/1179 - Ciência Política – A.	
Turma A	Miguel Prata Roque
Turma B	Vitalino Canas
Turma C	-----

1196/1197- Direito Constitucional – A.	
Turma A	João Miranda
Turma B	Pedro Lomba

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS

1194/1195- Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente – A.	
Turma A	Carla Amado Gomes



7
6

1218/1219-Direito Internacional e Europeu do Ambiente – A.	
Turma A	Heloísa Oliveira

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS

1216/1217-Direito Internacional da Pessoa Humana – A.	
Turma A	Maria José Rangel Mesquita
Turma B	Eduardo Correia Baptista
Turma C	Lourenço Vilhena de Freitas

1222/1223-Direito Internacional Público – A.	
Turma A	Eduardo Correia Baptista
Turma B	Fernando Loureiro Bastos
Turma C	-----

ESPECIALIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

1232/1233- Direitos Fundamentais – A.	
Turma A	Jorge Miranda / Ricardo Branco
Turma B	Maria Luísa Duarte
Turma C	David Duarte

1196/1197-Direito Constitucional – A.	
Turma A	Miguel Assis Raimundo
Turma B	Ana Neves

ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1184/1185-Direito Administrativo – A.	
Turma A	Paulo Otero
Turma B	Maria João Estorninho
Turma C	David Duarte

1204/1205-Direito do Contencioso Administrativo – A.	
Turma A	Vasco Pereira da Silva
Turma B	Ana Gouveia Martins



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ESPECIALIDADE DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1196/1197- Direito Constitucional – A.	
Turma A	Pedro Moniz Lopes
Turma B	Pedro Sánchez

1246/1247- Justiça Constitucional – A.	
Turma A	Raquel Brízida Castro
Turma B	Rui Tavares Lanceiro
Turma C	-----

ESPECIALIDADE DE DIREITO MARÍTIMO E DIREITO DO MAR

XXX/XXX – Direito do Mar – A.	
Turma A	Fernando Loureiro Bastos



3.º CICLO

DOUTORAMENTO EM DIREITO

**UNIDADE CURRICULAR COMUM ÀS ESPECIALIDADES DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS
E DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS**

XXX/XXX -Metodologia de Investigação Científica Avançada – S.1	
Turma A	Kafft Kosta
Turma B	Jorge Sampaio

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

2131/2132-Direito Constitucional – A.	
Turma A	Paulo Otero
Turma B	Vasco Pereira da Silva
Turma C	Luís Pereira Coutinho

2133/2134-Direito Administrativo – A.	
Turma A	Maria João Estorninho
Turma B	David Duarte
Turma C	Alexandra Leitão

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS E EUROPEIAS

2135/2136-Direito da União Europeia – A.	
Turma A	Maria José Rangel de Mesquita

2137/2138-Direito Internacional Público – A.	
Turma A	Rui Guerra da Fonseca

UNIDADES CURRICULARES OPCIONAIS PARA TODAS AS ESPECIALIDADES

2129/2130-Direitos Fundamentais – A.	
Turma A	Maria Luísa Duarte

XXXX/XXXX – Introdução ao Direito Público – A.	
Turma A	Vitalino Canas



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ESPECIALIDADE DE TEORIA DO DIREITO

1256/1257-Teoria do Direito – A.	
Turma A	Luís Pereira Coutinho

Sabáticas:

- Anuais: Carlos Blanco de Moraes, Domingos Farinho, Francisco Paes Marques, Mafalda Carmona
- 1.º Semestre: Cláudia Monge

PARECER

(Contratação da Doutora Tânia Luísa Faria como Professora Auxiliar)

Tânia Luísa Farinha e Faria, assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa, concluiu, em 2021, o doutoramento em Ciências Jurídicas, na vertente de Ciências Jurídico-Económicas, na Universidade de Lisboa. O júri, presidido pelo Professor Doutor Dário Moura Vicente, foi constituído pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira, Fernando Araújo (orientador), Sofia Oliveira Pais, João Calvão da Silva (arguente), Miguel Moura e Silva (arguente) e Nuno Cunha Rodrigues.

No seu percurso académico anterior a Doutora Tânia Luísa Farinha e Faria concluiu o Mestrado Científico também na área de Ciências Jurídico-Económicas com a classificação de 18 valores.

Como docente, tem vindo, desde 2009, a prestar um bom serviço à Faculdade Direito em unidades curriculares de Economia I e II e Direito dos Mercados Financeiros, com bom critério pedagógico e de avaliação.

Tem também participado, como docente, na Pós-Graduação de Direito da Concorrência e Regulação organizada pelo Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal - IDEFF. Foi também docente em matéria de Direito Comercial e Direito dos Mercados Financeiros na Escola Prática da Guarda Nacional Republicana.

Tem publicado diversos artigos em matéria de Direito da Concorrência, Regulação e Direito da União Europeia, em publicações como a Revista de Concorrência e Regulação, um projeto de cooperação entre o IDEFF e a Autoridade da Concorrência, a Revista do Instituto do Direito Brasileiro e a *European Competition Law Review*. Participou também em diversas obras colectivas, incluindo, nos últimos anos, a obra *Fusiones y adquisiciones de empresas. Una perspectiva iberoamericana*, e o relatório XXIX da Federação Internacional de Direito Europeu - FIDE, enquanto relatora nacional do capítulo *EU Competition Law and the Digital Economy*.

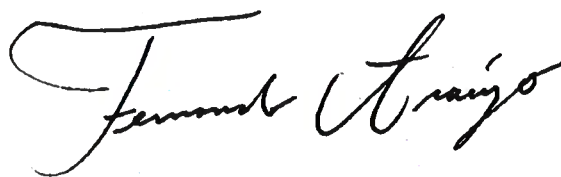
Tem participado em diversos fóruns e conferências, como oradora, incluindo, nos últimos três anos, a título de exemplo, no âmbito da *American Bar Association*, em que proferiu uma conferência intitulada *International Labor Market Cartel Enforcement*, da *International Chamber of Commerce Portugal*, no Congresso de Concorrência do *Centre*

of ASEAN Transnational Studies, com a intervenção *Market Regulation During the Pandemic in the EU: Unruly State Aid and the Comeback of Price Regulation*, no Congresso da *Union des Avocats Européens*, com o tema *The Regulation of Digital Space, DMA – Analysis In Depth*, bem como na Associação Comercial do Porto, com o tema *Direito da Concorrência e Proteção de Dados*.

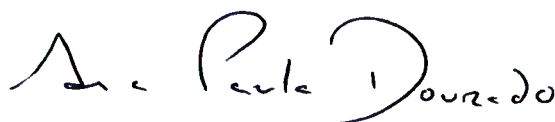
É Presidente do Conselho Fiscal do Círculo de Advogados de Concorrência, membro da Comissão de Concorrência da *International Chamber of Commerce - Portugal* e da Associação Portuguesa de Direito Europeu.

Em face do exposto, recomendamos a contratação da Doutora Tânia Luísa Faria como Professora Auxiliar, o que é plenamente justificado pelas suas qualidades científicas, académicas e pedagógicas, e pelas necessidades do serviço docente das unidades curriculares na especialidade de Ciências Jurídico-Económicas.

Lisboa, 17 de Outubro de 2023



Fernando Araújo



Ana Paula Dourado



Proposta de contratação de Assistente Convidado

Perante a necessidade de completar a Distribuição de Serviço Docente na disciplina de Introdução ao Direito, do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, os subscritores propõem a contratação do Mestre João Andrade Nunes, Licenciado pela FDUL, com 16 valores, e Mestre em Direito pela FDUL, em Ciências Histórico-Jurídicas, com 18 valores.

O Mestre João Andrade Nunes integrava a lista de candidatos a Assistentes Convidados no ano letivo 2022/23 que foi aprovada pelo Conselho Científico e veio a ser contratado como Assistente Convidado no ano letivo transato, tendo prestado serviço docente em Introdução ao Direito, na FLUL, sob a regência do 1.º subscritor desta proposta, e nas disciplinas do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas. Foi objeto da avaliação de Docentes que teve lugar em 2022/23, com classificação positiva.

Face às necessidades de serviço docente previstas no início do ano letivo, a proposta é feita para a contratação como assistente convidado para o primeiro semestre, a 50%.

Junta-se CV do candidato.

Lisboa, 15 de setembro de 2023

António Pedro Barbas Homem

Eduardo Vera-Cruz Pinto

JOÃO MANUEL ANDRADE NUNES

Curriculum Vitae

Lisboa

Setembro de 2023

8

I. Dados pessoais

Nome: João Manuel Andrade Nunes

Data de Nascimento: 24-06-1990

Naturalidade: Sabugal

Nacionalidade: Portuguesa

Morada: Rua Arco do Carvalhão, n.º 47, 5.º C, 1070-008, Lisboa

Contacto: 968832781

Endereço eletrónico: joaoandradenunes@gmail.com



5

II. Situação académica atual

- Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL)
- Doutorando em Direito – História do Direito Português (fase da dissertação)
- Investigador Associado do IURIS – Centro de Investigação Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IURIS-UL)
- Investigador no projeto “Dicionário do Almirantado”, no âmbito de um protocolo firmado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CITHD) e a Marinha Portuguesa (Academia de Marinha).

III. Habilitações Literárias

- Entre 1996 e 2000 frequentou o ensino primário na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Sabugal.
- No ano 2000 ingressou no conservatório de música Pedro Álvares Cabral, em Belmonte.
- Entre 2000 e 2002 frequentou o ensino básico na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos do Sabugal.
- Entre 2002 e 2008 frequentou o ensino secundário na Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Sabugal.
- No ano letivo de 2007/2008 concluiu no conservatório de música São José da Guarda o Curso Complementar de Instrumento (Saxofone), em regime articulado.
- Matriculou-se na Escola Superior de Música de Lisboa, no ano letivo de 2008/2009, onde veio a concluir, em 2011, a licenciatura e Música – variante *performance* – com classificação final de Muito Bom (17 valores).

- Entre 2011 e 2015 frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa licenciando-se em Direito com a classificação final de Muito Bom (16 valores).

- Iniciou o Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, perfil de Histórico-Jurídicas, no ano letivo de 2015/2016, tendo concluído a parte escolar com as seguintes classificações:

- Disciplina de História do Direito Português, sob a regência do Professor Doutor Duarte Nogueira: 18 valores
- Disciplina de Direito Romano, sob a regência do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto: 18 valores
- Disciplina de Mercados Financeiros, sob a regência da Professora Doutora Rute Saraiva: 18 valores

- Em 2019, sob orientação da Professora Doutora Isabel Graes, obteve o grau de Mestre em Direito e Ciência Jurídica, na mesma menção, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com dissertação intitulada de: "*O Foro militar português no século XIX. Que problemas? Que soluções?*". Classificação de 18 valores.

- No ano letivo de 2018/2019 frequentou o curso de pós-graduação avançada em Direito Bancário – CIDP.

- No ano letivo de 2019/2020 frequentou o curso de Diplomática e Paleografia Medieval (I), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Classificação 15 valores.

- No ano letivo de 2019/2020 iniciou o Doutoramento em Direito – História do Direito Português –, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- No ano letivo de 2022/2023 frequentou o curso livre de Revisão de Texto (Inicial), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Classificação 15 valores.

8
4

IV. Distinções

- Primeiro prémio no concurso Jornadas do Mar 2014, no escalão (Licenciatura/Mestrado), em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na área de Relações Internacionais, do Direito e da Estratégia, organizado pela Marinha Portuguesa, com o trabalho *“Uma onda de progresso num mar de incertezas. A gestão dos riscos e a responsabilidade das entidades públicas na proteção da Orla Costeira”*.
- Prémio do melhor aluno de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa 2015-2016.
- Bolsa de Estudo por Mérito a Estudantes do Ensino Superior, atribuída pela DGES-DSAE, pelo aproveitamento excecional no Mestrado em Direito, no ano letivo de 2015/2016.
- Prémio do melhor aluno de Mestrado Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa 2018-2019.

V. Competências linguísticas

- Português
- Inglês
- Francês (leitura)
- Espanhol (leitura)

VI. Atividade letiva exercida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- No ano letivo de 2015/2016, como assistente convidado, lecionou a disciplina de História do Direito Português, sob a regência do Professor Doutor António Barbas Homem e do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

- No ano letivo de 2016/2017, lecionou a disciplina de História do Direito Português, sob a regência da Professora Doutora Isabel Graes; História das Relações Internacionais, sob a regência da Professora Doutora Ana Fouto e Filosofia do Direito, sob regência do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

- No ano letivo de 2017/2018, continuou a exercer funções docentes, agora nas disciplinas de Direito Romano, sob a regência do Professor Doutor Pedro Caridade Freitas; História das Relações Internacionais, sob a regência da Professora Doutora Ana Fouto e do Professor Doutor Pedro Caridade Freitas; História do Direito Português, sob a regência da Professora Doutora Isabel Graes; Sociologia do Direito, sob a regência da Professora Doutora Sílvia Alves e Filosofia do Direito, sob a regência do Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

- No ano letivo de 2018/2019, no âmbito do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor Doutor Duarte Nogueira, lecionou a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Ainda no mesmo ano, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, voltou a ministrar a disciplina de História do Direito Português, sob regência da Professora Doutora Isabel Graes. Participou como orador convidado no curso de Mestrado e Doutoramento em Direito e Ciência Jurídica, na disciplina de História da Justiça, também sob a regência da Professora Doutora Isabel Graes, com uma comunicação sobre "*O ocaso da Mesa da Consciência e Ordens*".

- No ano letivo de 2019/2020, ainda no âmbito do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor Doutor Duarte Nogueira, voltou a lecionar a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ministrou a disciplina de História do Direito Português, sob regência da Professora Doutora Isabel Graes.

- No ano letivo de 2020/2021, no âmbito do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor Doutor Duarte Nogueira, lecionou a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ministrou a disciplina de História do Direito Português, sob regência da Professora Doutora Susana Videira. Novamente, como

orador convidado, participou no curso de Mestrado e Doutoramento em Direito e Ciência Jurídica, na disciplina de História da Justiça, também sob a regência da Professora Doutora Isabel Graes, com uma comunicação sobre “*O ocaso da Mesa da Consciência e Ordens*”.

- No ano letivo de 2021/2022, no âmbito do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, lecionou a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ministrou a disciplina de História do Direito Português, sob regência da Professora Doutora Isabel Graes. Como orador convidado, voltou a participar no curso de Mestrado e Doutoramento em Direito e Ciência Jurídica, na disciplina de História da Justiça, sob a regência da Professora Doutora Isabel Graes, com uma comunicação sobre “*A Mesa da Consciência e Ordens como paradigma da estrutura polissinodal do Ancien Régime*”. Ainda no mesmo ano letivo participou, como docente, na iniciativa “Verão Ulisboa”, promovida pela Universidade de Lisboa, no âmbito da atividade “Direito ao Verão”.

- No ano letivo de 2022/2023, no âmbito do curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, lecionou a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ministrou a disciplina de História do Direito Português, sob regência da Professora Doutora Susana Videira.

VII. Outra atividade académica

- Participante no Colóquio “A família e o Direito nos 30 anos da Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

- Participante no Seminário “Pirataria Marítima: Regime Jurídico, Repressão e Combate” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Escola Naval, 2014.

- Orador no “Encuentro Hispano-Luso de Historiadores del Derecho”, com a comunicação “*O ocaso da Mesa da Consciência e Ordens. Um dos últimos tribunais do Antigo Regime*” – Universidad Autónoma de Madrid, 2017.
- Participante no Ciclo de Conferências “Uma Justiça para o século XXI”, coordenado pela Senhora Professora Isabel Graes – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2018.
- Participante no Colóquio “Conversas sobre a Justiça”, coordenado pela Senhora Professora Isabel Graes – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019.
- Orador no III Encontro Hispano-Luso de Historiadores do Direito com a comunicação “*Incongruências do foro militar*” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019.
- Orador no Encontro XXVIII, Colóquio de História Militar, com a comunicação “*Algumas considerações sobre o foro militar português no ocaso da Primeira República*” – Comissão Portuguesa de História Militar, 2019.
- Orador no III Encontro Jusromanístico de Lisboa: “O Direito Militar Romano”, com a comunicação “*O armistício e o Direito Militar*” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019.
- Orador no “Congreso Internacional España. Portugal. Italia. Ideología, Revolución y Cambio (1820-1823). Homenaje al Profesor Joaquim Veríssimo Serrão”, com a comunicação “*O processo de extinção do Conselho do Almirantado como paradigma dos ideais liberais*” – UNED, 2021.
- Orador no “IV Encuentro Hispano-Luso de Historiadores del Derecho”, com a comunicação “*A implacável resposta judicial à malograda Revolta dos Marinheiros de 1936*” – Faculdade de Direito da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, junho de 2022.

- Orador na “6th Biennial Conference of the European Society for Comparative Legal History”, com a comunicação “*The lawyer's role in the special courts-martial (1933)*” – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, junho de 2022.

VIII. Outra atividade profissional

- Em janeiro de 2008, ingressou nos quadros permanentes da Marinha Portuguesa prestando, até ao momento, serviço na Comissão Cultural de Marinha.
- Em maio de 2009, fundou o grupo de música contemporânea portuguesa *Entre Madeiras Trio*.
- Entre setembro de 2010 e agosto de 2011, exerceu funções de docente na Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa - Orquestra Geração.
- Em 2015, fundou o coro de câmara *Ensemble São Tomás de Aquino*, no qual é diretor artístico e maestro.
- Entre outubro de 2018 e maio de 2019, foi mentor e coordenador do “I Concurso Internacional de Composição Entre Madeiras Trio – Prémio Clotilde Rosa”, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, Antena 2 e Centro Cultural de Belém (CCB).
- Em abril de 2019, foi convidado a realizar um ciclo de entrevistas sobre “*Música, Poder e Direito*” no âmbito do programa radiofónico “Vale a Pena Ouvir” – Antena 2.
- Em outubro de 2020, foi eleito Presidente da Direção da Associação Cultural Oito Ecos.
- Em novembro de 2020, juntamente com o Professor Doutor Alfredo Teixeira – enquanto compositor, maestro e diretor artístico – participou no projeto discográfico “*Vimos do Mar e da Montanha*”, o qual foi prefaciado por Sua Eminência o Cardeal José Tolentino de Mendonça e publicado pela Paulus Editora.

- Desde março de 2021, é colunista convidado no periódico digital “Observador”, espaço de reflexão *Mesa Redonda - Missão Onlife* e no periódico regional “Cinco Quinas”.
- Em setembro de 2022, assumiu a direção artística do Festival de Música “Sons do Côa”, promovido pelo Município do Sabugal e pela Associação Cultural Oito Ecos.
- Em novembro de 2022, participou, como orador, nas XVII Jornadas Internacionais de Protocolo, organizadas pela APorEP, com a comunicação “*O que (não) deve fazer numa sala de concertos? Os sete pecados capitais a evitar*” – ISEG, Lisboa.
- Em agosto de 2023, no âmbito da JMJ Lisboa 2023, foi convidado, pela Antena 1, para comentar a componente musical das cerimónias litúrgicas.

XIX. Publicações

1. MONOGRAFIAS

“O foro militar português no século XIX. Que problemas? Que soluções?”, AAFDL, Lisboa, 2019.

2. ARTIGOS CIENTÍFICOS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS

Entre a punição e o perdão. Algumas considerações sobre o cumprimento das penas, no foro naval português, no ocaso do Ancien Régime - PRELO

A implacável resposta judicial à malograda “Revolta dos Marinheiros” de 1936 – PRELO.

“Bicentenário da extinção do Conselho do Almirantado”, in *Revista da Armada*, n.º 581, ano LII, Fevereiro, 2023, pp. 19-21.

“A Regeneração e a humanização da Justiça Militar. A abolição das penas corporais no Exército e o *Regulamento Provisório Disciplinar* de 1856”, in *Lisbon Law Review, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. LXII, n.º 2, Lisboa, 2022, pp. 249-276.

“O processo de extinção do Conselho do Almirantado como paradigma dos ideais liberais”, in *Trienio liberal, vintismo, revolucione: 1820-1823. España, Portugal e Italia*, Thomson Reuters, Aranzadi, Madrid, 2021, pp. 571-594.

“Breves considerações histórico-jurídicas sobre a institucionalização do juramento de bandeira nas Forças Armadas”, in *Revista Militar*, vol. 73, n.º 5, maio, Lisboa, 2021, pp. 457-471.

“Incongruências do foro militar. O processo de Francisco Maximiliano de Sousa”, in *Estudios Luso Hispanos de Historia del Derecho*, Editorial Dykinson, Madrid, 2021, pp. 491-517.

“Algumas Considerações Sobre o Foro Militar Português no Ocaso da Primeira República”, in *Actas do XXVIII Colóquio de História Militar - Comissão Portuguesa de História Militar*, Lisboa, 2020, pp. 279-300.

“3 Hinos Nacionais. 3 Formas de cantar a Pátria”, in *Revista da Armada*, n.º 553, ano XLX, julho, 2020, pp. 26-27.

“O princípio do juiz natural na tradição romanística”, in *Lisbon Law Review, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XL, n.º1, Lisboa, 2019, pp. 217-242.

“O ocaso da Mesa de Consciência e Ordens: 1821-1833”, in *e-Legal History Review* 29, IUSTEL - RI\$421108, Madrid, 2019, pp. 2-39.

“Contributo para um estudo histórico-jurídico do Banco de Lisboa”, in *Revista do Direito das Sociedades*, ano X, n.º 1, Almedina, Lisboa, 2018, pp.79-133.

“Os deveres de informação no mercado de valores imobiliários. O prospeto”, in *Revista de Regulação e Concorrência*, no 23-24, Almedina, Lisboa, 2015, pp. 179-202.

3. ARTIGOS DE OPINIÃO NOS MEDIA

“A graça de ser”, in *Mesa Redonda- Missão Onlife*, 15.02.2023.

“Hildegarda von Bingen. Uma singularidade no feminino”, in *Mesa Redonda- Missão Onlife*, 14.09.2022.

“O que nos pode(ria) dizer S. Tomás de Aquino sobre a atual conjuntura política?”, in *Mesa Redonda- Missão Onlife*, 09.02.2022.

“Olga Prats. A dama das Borboletas”, in *Observador*, 31.07.2021.

“Efemérides que não podem ser esquecidas”, in *Observador*, 25.07.2021.

“Um santo popular sob o olhar de Richard Strauss”, in *Mesa Redonda- Missão Onlife*, 30.06.2021.

“Um banquete musical celeste”, in *Mesa Redonda- Missão Onlife*, 10.03.2021.

**ASSISTENTES CONVIDADOS CONTRATADOS EM SETEMBRO DE 2023
PARA O GRUPO DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS**

8
5

Alassana Mendonça Baldé – 50%

Bernardo de Sousa Alvim – 50%

Margarida Vidal Sampaio – 50%

Maria do Rosário Rebordão – 50%

Pedro Teixeira Diniz de Carvalho – 50%

Ricardo da Silva Marcos – 50%

Proposta de contratação de Assistente Convidado

Perante a necessidade de completar a Distribuição de Serviço Docente na disciplina de Direito dos Contratos, os subscritores propõem a contratação do Dr. Diogo Dias Martins Madeira Canário, Licenciado pela FDUL em 2021, com 17 valores.

O Dr. Diogo Madeira Canário integrava a lista de candidatos a Assistentes Convidados no ano letivo 2022/23 que foi aprovada pelo Conselho Científico e veio a ser contratado como Assistente Convidado no ano letivo transato no 2.º semestre, tendo prestado serviço docente em Direito do Trabalho II, sob a regência do 2.º subscritor desta proposta. Como só foi contratado no 2.º semestre, o Dr. Diogo Madeira Canário não foi objeto da avaliação de Docentes que teve lugar em 2022/23, razão pela qual, pese embora ter sido Assistente Convidado até 31 de agosto de 2023, não integrou o elenco dos Assistentes Convidados reconduzidos para a ano letivo 2023/24.

No que respeita à prestação de serviço docente em Direito do Trabalho II, o 2.º Subscritor reconhece o empenho na preparação das aulas e a dedicação aos Alunos do Dr. Diogo Canário, manifestadas nas reuniões da Disciplina.

Pelos motivos indicados, propõe-se a contratação do Dr. Diogo Madeira Canário como Assistente Convidado. Mais se propõe que o Dr. Diogo Madeira Canário seja contratado a 50% e que, atendendo a necessidades letivas urgentes, a data do início de funções seja o dia 18 de setembro passado.

Lisboa, 21 de setembro de 2023

Assinado por: **MIGUEL FERNANDO PESSANHA
TEIXEIRA DE SOUSA**

Num. de Identificação: 02308038

Data: 2023.09.21 18:26:27+01'00'

Prof. Doutor Teixeira de Sousa



CARTÃO DE CIDADÃO

Prof. Doutor Romano Martinez

Proposta de contratação de Especialista
como Assistente Convidada

Por várias razões e esgotadas várias tentativas, não foi possível encontrar um Docente para a Regência no Turno Nocturno da Disciplina de Registos e Notariado do Mestrado em Direito e Prática Jurídica. A necessidade de assegurar a referida Regência levou a pensar em soluções mais flexíveis, tendo o Prof. José Alberto Vieira aceitado assumir, em sobrecarga de horário, a Co-Regência da referida Disciplina.

O artigo 29.º, n.º 2, do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento estabelece o seguinte: “Sob aprovação do Conselho Científico, é admitida a corregência por especialistas externos de reconhecido mérito”. Segundo o disposto no artigo. 4.º do Regulamento do Ciclo de Estudos – Mestrado em Direito e Prática Jurídica, o regime é aplicável a este Mestrado.

É neste enquadramento factual e regulamentar que se propõe a contratação, como especialista, da Senhora Dra. Suzana Tavares Mesquita. A Senhora Dra. Suzana Mesquita exerce, em simultâneo a actividade de Agente de Execução e de Advogada, em prática individual e com escritório próprio. Isto significa que, ao nível profissional, convive diariamente com problemas na área dos registos e do notariado, tendo, por isso, as qualificações necessárias para assegurar, em Co-Regência com o Prof. Alberto Vieira, a leccionação da Disciplina de Registos e Notariado.

Pelos motivos indicados, propõe-se, nos termos do disposto no artigo 16.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, a contratação, durante o 1.º Semestre do presente ano lectivo, da Senhora Dra. Suzana Tavares Mesquita como Assistente Convidada. Mais se propõe que a Dra. Suzana Mesquita seja contratada a 30% e que, atendendo a necessidades lectivas urgentes, a data do início de funções seja o dia 10 de Outubro passado.

Lisboa, 15 de Outubro de 2023

7/7

Dr. Teixeira de Sousa

Prof. Doutor Teixeira de Sousa

Prof. Doutor Romano Martinez



EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de ____ () Professor Auxiliar, na área disciplinar de Ciências _____, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho Reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2307/2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 8.º do Regulamento de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 – Despacho de autorização

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, de _____, proferido após a confirmação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Existência de adequado cabimento orçamental;
- b) Que o posto de trabalho a concurso se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – Local de trabalho

Instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa.

3 – Requisitos de admissão ao concurso

São, requisitos de admissão ao concurso:

- a) Ser titular do grau de Doutor, nos termos do artigo 41.º-A do ECDU;
- b) Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser detentores de reconhecimento do grau de Doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto;
- c) O reconhecimento do grau de Doutor, a que se refere a alínea anterior, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato ordenado em lugar elegível tenha obtido o grau de Doutor no estrangeiro.
- d) Domínio da língua portuguesa falada e escrita – a nível avançado (C2 – Quadro Europeu Comum de Referência). Os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa, obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato seja ordenado em lugar elegível;
- e) Instruir a candidatura com os documentos descritos e nos termos previstos nos Capítulos 3, 10 e 11 deste Edital. A não entrega de algum dos documentos que deve instruir a candidatura, no prazo previsto e nos termos indicados nos Capítulos 9, 10 e 11 deste Edital, determina desde logo a não admissão da mesma, o que deverá ser objeto de análise e decisão do Diretor da Faculdade de Direito previamente à deliberação do júri sobre o mérito absoluto.

4 – Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas e tal como previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

5 – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final:

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores auxiliares (n.º 3 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor auxiliar estabelece as seguintes regras e ponderações:

5.1 – O concurso para professor auxiliar tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

5.2 – Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O desempenho científico do candidato (até 70%);
- b) A capacidade pedagógica do candidato (até 20%);
- c) Outras atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%).

5.3 – O desempenho científico do candidato (até 70%) compreende:

- a) O percurso académico (10%);
- b) O nível qualitativo da investigação científica do doutoramento (25%);
- c) A qualidade científica de outros trabalhos publicados (15%);

d) O meio de publicação dos artigos, capítulos de livros e livros científicos, nomeadamente com sujeição a revisão por pares (5%).

e) O número e qualidade científica de conferências proferidas pelo candidato, a qualidade científica de jornadas científicas que o candidato tenha organizado ou em que tenha participado, bem como a coordenação e participação em projetos científicos (10 %);

f) A diversidade das competências linguísticas e a sua adequação ao grupo científico a que se candidata (5%).

5.4 – A capacidade pedagógica do candidato (até 20%) compreende:

a) O exercício de funções docentes (15%);

b) A produção de materiais pedagógicos relevantes (5%).

5.5 – As atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%) compreendem:

a) O exercício de cargos e funções académicas (até 7%);

b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural, no âmbito de uma instituição de ensino superior (até 3%).

6 – Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 20.º do Regulamento.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

7 – Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico dos trabalhos publicados.

8 – Audições Públicas

O júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos admitidos em mérito absoluto, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU. Nesse caso, as audições decorrerão entre o 15.º e o 30.º dia útil após o final do processo de admissão em mérito absoluto.

As audições mencionadas no parágrafo anterior têm por fim, exclusivamente, o esclarecimento de questões relacionadas com os documentos que tenham sido entregues pelo candidato, sendo excluída a formulação de questões.

9 – Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para a Área de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no *Diário da República*.

§ U

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

10 – Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Projeto científico e pedagógico, sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia de uma unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso;
- d) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- e) Versão eletrónica, em formato pdf, das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar o conjunto de trabalhos mais representativos até um máximo de cinco trabalhos.
- f) Declaração de consentimento de uso de dados pessoais pelos serviços para a tramitação do concurso, nomeadamente para efeito de audiência dos interessados.

11 – Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, em caso de necessidade, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

12 – Constituição do Júri

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do ECDU e do artigo 14.º do Regulamento, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira.
Vogais:

Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;

___ de ___ de 2023. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

✱
5

_____ (nome), candidato ao concurso para recrutamento de ____ posto(s) de trabalho de Professor(a) Auxiliar existente no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente Edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

_____ (local), _____ (data).

_____ (assinatura)



EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de ____ () Professor Associado, na área disciplinar de Ciências _____, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho Reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2307/2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 8.º do Regulamento de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 – Despacho de autorização

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, de _____, proferido após a confirmação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Existência de adequado cabimento orçamental;
- b) Que o posto de trabalho a concurso se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – Local de trabalho

Instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa.

3 – Requisitos de admissão ao concurso

São, requisitos de admissão ao concurso:

- a) Ser titular do grau de Doutor, atribuído há mais de cinco anos, contados da data limite para a entrega das candidaturas, nos termos do artigo 41.º do ECDU;
- b) Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser detentores de reconhecimento do grau de Doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto;
- c) O reconhecimento do grau de Doutor, a que se refere a alínea anterior, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato ordenado em lugar elegível tenha obtido o grau de Doutor no estrangeiro.
- d) Domínio da língua portuguesa falada e escrita – a nível avançado (C2 – Quadro Europeu Comum de Referência). Os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa, obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato seja ordenado em lugar elegível;
- e) Instruir a candidatura com os documentos descritos e nos termos previstos nos Capítulos 3, 10 e 11 deste Edital. A não entrega de algum dos documentos que deve instruir a candidatura, no prazo previsto e nos termos indicados nos Capítulos 9, 10 e 11 deste Edital, determina desde logo a não admissão da mesma, o que deverá ser objeto de análise e decisão do Diretor da Faculdade de Direito previamente à deliberação do júri sobre o mérito absoluto.

4 – Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas e tal como previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

5 – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final:

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores associados (n.º 2 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor associado estabelece as seguintes regras e ponderações:

5.1 – O concurso para professor associado tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

5.2 – Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O projeto científico e pedagógico sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia numa unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso (até 35%);
- b) O desempenho científico do candidato (até 35%);
- c) A capacidade pedagógica do candidato (até 25%);
- d) Outras atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 5%).

5.3 – O desempenho científico do candidato (até 35%) compreende:

- A
S
- a) A formação académica, incluindo o nível das provas académicas realizadas (até 15%);
 - b) A qualidade e difusão, nacional e internacional, dos resultados da atividade de investigação constantes, designadamente, das anotações, dos artigos e das monografias publicadas (até 15%);
 - c) As conferências, colaborações e jornadas científicas (até 5%).

5.4 – A capacidade pedagógica do candidato (até 25%) compreende:

- a) As funções docentes, incluindo a publicação de lições e outros materiais didáticos (até 12%);
- b) A participação em júris, em especial com funções de arguição (até 8%);
- c) A orientação de trabalhos académicos (até 5%).

5.5 – As atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 5%) compreendem:

- a) O exercício de cargos e funções académicas (até 3%);
- b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural, no âmbito de uma instituição de ensino superior (até 2%).

6 – Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 20.º do Regulamento.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

7 – Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico dos trabalhos publicados.

8 – Audições Públicas

O júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos admitidos em mérito absoluto, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU. Nesse caso, as audições decorrerão entre o 15.º e o 30.º dia útil após o final do processo de admissão em mérito absoluto.

As audições mencionadas no parágrafo anterior têm por fim, exclusivamente, o esclarecimento de questões relacionadas com os documentos que tenham sido entregues pelo candidato, sendo excluída a formulação de questões.

9 – Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para a Área de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no *Diário da República*.

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

10 – Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Projeto científico e pedagógico, sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia de uma unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso;
- d) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- e) Versão eletrónica, em formato pdf, das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar o conjunto de trabalhos mais representativos até um máximo de cinco trabalhos.
- f) Declaração de consentimento de uso de dados pessoais pelos serviços para a tramitação do concurso, nomeadamente para efeito de audiência dos interessados.

11 – Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, em caso de necessidade, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

12 – Constituição do Júri

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do ECDU e do artigo 14.º do Regulamento, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira.
Vogais:

Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;
Doutor(a) _____, Professor(a) _____;

___ de ___ de 2023. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

8
5

_____ (nome), candidato ao concurso para recrutamento de ____ posto(s) de trabalho de Professor(a) Associado(a) existente no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente Edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

_____ (local), _____ (data).

_____ (assinatura)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	64048	Alessandra Christine dos Santos Bitencourt Amorim Magnago	29/09/2023	"Cidadania da União e a Tutela dos Direitos Fundamentais nos meios de Garantia não judicial, na perspectiva de Direito Comparado sob a Diretiva da Mediação"	Profa. Doutora Maria Luisa Conceição Duarte	Profa. Doutora Maria José Rangel de Mesquita (Presidente) Profa. Doutora Maria Luisa Duarte (Orientadora) Profa. Doutora Ana Fernanda Neves (Arguente) Prof. Doutor Miguel Moura e Silva
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	58813	Andreia Gomes dos Santos	01/06/2023	Os Novos Desafios do Direito Internacional Humanitário - Breves Considerações Sobre As Armas Autônomas	Profa. Doutora Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Profa. Doutora Maria José Rangel de Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Arguente) Profa. Doutora Ana Soares Pinto (Orientadora) Prof. Doutor João Gomes de Almeida
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	64940	Fábio Célio Correia Lobo	27/09/2023	O Direito ao Esquecimento: o conflito constitucional entre a Liberdade de Expressão e de Informação e outros direitos fundamentais pessoais	Prof. Doutor Domingos Miguel Soares Farinho	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Presidente) Prof. Doutor David Duarte (Arguente) Prof. Doutor Domingos Soares Farinho (Orientador) Prof. Doutor Rui Ataíde
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	61954	Felicia Marques Fiuza Nunes	26/07/2023	Proteção constitucional dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência em uma perspectiva luso-brasileira.	Prof. Doutor João Pedro Oliveira Miranda	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (Orientador) Prof. Doutor Jorge Silva Sampaio (Arguente) Prof. Doutor Guilherme Dray
Ciência Jurídica	Direito da União Europeia	60540	Felipe Augusto de Araújo Indalécio Pereira	07/08/2023	Sobre uma modalidade processual autónoma para a jurisdição ilimitada do artigo 261.º TFUE	Prof. Doutor Lourenço Bandeira Manoel Vilhena de Freitas	Profa. Doutora Maria Luisa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (Orientador) Prof. Doutor Rui Lancelro (Arguente) Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	52922	Francisco José de Jesus Santana Cordeiro de Araújo	02/08/2023	Direito ao Ambiente	Profa. Doutora Ana Maria Guerra Martins	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente) Profa. Doutora Ana Guerra Martins (Orientadora) Prof. Doutor João Miranda (Arguente) Profa. Doutora Rute Saraiva
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais	29434	Issa Seidi	02/06/2023	O sector financeiro da UEMOA (especialmente da banca) e o seu indispensável contributo para o desenvolvimento sustentável dos seus Estados-membros	Profa. Doutora Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Presidente) Profa. Doutora Rute Saraiva (Orientadora) Profa. Doutora Ana Soares Pinto (Arguente) Profa. Doutora Sandra Lopes Luís
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	63693	José Nilton Neris Gomes	25/09/2023	Limitação da liberdade de expressão, populismo e o fomento da derrotabilidade do sistema de direito democrático pós pandemia da covid-19.	Prof. Doutor João Miguel Prata Roque	Profa. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Orientador) Prof. Doutor Pedro Lomba (Arguente) Profa. Doutora Catarina Monteiro Pires
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	63683	Júlia Castro John	29/09/2023	Estratégias jurídico-políticas para a proteção de direitos fundamentais ante intervenções discriminatórias de inteligência artificial	Profa. Doutor Domingos Miguel Soares Farinho	Prof. Doutor David Duarte (Presidente) Profa. Doutora Raquel Brizida Castro Prof. Doutor Domingos Soares Farinho (Orientador) Prof. Doutor Jorge Silva Sampaio (Arguente)
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	58968	Juliana de Freitas Dornelas	02/06/2023	Sufrágio no Brasil como uma construção democrática	Profa. Doutora Susana Antas Fernandes Videira Branco	Prof. Doutor João Miranda (Presidente) Profa. Doutora Susana Videira Branco (Orientadora) Prof. Doutor Vitalino Canas (Arguente) Prof. Doutor Kaffi Kosta
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	62456	Juliana Luiza De Araújo Albuquerque Galdino	17/08/2023	Ações afirmativas intrapartidárias e o princípio constitucional da autonomia dos partidos políticos	Profa. Doutora Maria Margarida Rego Costa Salema Oliveira Martins	Profa. Doutora Carla Amado Gomes (Presidente) Profa. Doutora Margarida Oliveira Martins (Orientadora) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (Arguente) Profa. Doutora Isabel Alexandre

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	55953	Laura Larré da Silva	24/07/2023	Direito ao esquecimento e tutela dos direitos fundamentais	Prof. Doutor João Pedro Oliveira Miranda	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (Orientador) Prof. Doutora Raquel Brizida Castro (Arguente) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	63797	Luziana Cristina de Sousa Lima	29/09/2023	O Retrocesso dos Direitos Sociais e o Ativismo do Judiciário Brasileiro	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Prof. Doutor Ricardo Branco (Arguente) Prof. Doutora Margarida Seixas
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	52794	Maria Beatriz Rebelo Garcia	24/07/2023	A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas por Danos Decorrentes da Utilização de Inteligência Artificial	Prof. Doutora Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Paulo Otero (Presidente) Prof. Doutora Carla Amado Gomes (Orientadora) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Arguente) Prof. Doutora Paula Meira Lourenço
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	64108	Maria Fernanda Salles Tosi	28/09/2023	O Hiperpresidencialismo e o contributo das Constituições	Prof. Doutor João Miguel Prata Roque	Prof. Doutor João Miranda (Presidente) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Orientador) Prof. Doutor Kaffi Kosta (Arguente) Prof. Doutora Isabel Vieira Borges
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	62495	Marina Caboco Peres	07/08/2023	Brutalidade policial e violações de direitos fundamentais da população racializada em Portugal: elementos para uma análise do quadro jurídico-penal do combate à discriminação	Prof. Doutor Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca (Coorientador(a)); Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof. Doutora Maria José Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Orientador) Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes (Arguente) Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	63186	Mathias Olivier Moreira Beugger	02/08/2023	A atividade pesqueira sob a ótica da Organização Mundial do Comércio e a emergência ambiental causada pela sobrepeca	Prof. Doutor Pedro Miguel Infante Mota	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Arguente) Prof. Doutor Pedro Infante Mota (Orientador) Prof. Doutora Ana Soares Pinto
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	63733	Natália Caye Batalha Boeira	21/07/2023	O requisito da atualidade na legítima defesa dos Estados	Prof. Doutor Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Prof. Doutora Maria Luísa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Orientador) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (Arguente) Prof. Doutora Ana Fouto
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais	61928	Natan de Oliveira Mattos	21/07/2023	A reparação de danos ambientais em territórios indígenas	Prof. Doutora Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (Presidente) Prof. Doutora Carla Amado Gomes (Orientadora) Prof. Doutora Heloísa Oliveira (Arguente) Prof. Doutor Carlos Baptista Lobo
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	59272	Pedro Carneiro Sales	26/05/2023	Poder de polícia: um estudo sobre sua desestatização e desterritorialização	Prof. Doutor Domingos Miguel Soares Farinho	Prof. Doutor Paulo Otero (Presidente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Arguente) Prof. Doutor Domingos Soares Farinho (Orientador) Prof. Doutora Isabel Graes
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	64094	Pedro Oliveira Penha Neto	12/09/2023	A Aplicabilidade de Direitos Fundamentais aos Animais Não-Humanos no Ordenamento Jurídico Luso-Brasileiro	Prof. Doutor Fernando Jose Borges Correia Araujo	Prof. Doutora Maria Luísa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Fernando Araújo (Orientador) Prof. Doutora Carla Amado Gomes (Arguente) Prof. Doutor Jaime Valle
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	59950	Priscila Gabriella Pereira Soares	24/08/2023	A construção de uma Democracia Intercultural: o Novo Constitucionalismo Boliviano e a necessária criação de mecanismos institucionais de participação dialógica dos povos indígenas do Brasil	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Prof. Doutora Carla Amado Gomes (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Prof. Doutor Marco Caldeira (Arguente) Prof. Doutora Cláudia Madaleno

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	62035	Rafael Fernandes Medeiros	21/07/2023	A segurança jurídica como elemento norteador da jurisdição constitucional: o Supremo Tribunal Federal brasileiro e a metódica aplicada para a modificação de seus precedentes	Prof. Doutor João Pedro Oliveira Miranda	Prof. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (Orientador) Prof. Doutor Pedro Sánchez (Arguente) Prof. Doutor Rui Pinto
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	63205	Renata Monteiro Tosta	13/09/2023	Contributos sobre Partidos Políticos e Democracia	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Arguente) Prof. Doutor António Brito Neves
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	59791	Roberta Macedo de Albuquerque	17/08/2023	O DIREITO SANCIONADOR NOS ILÍCITOS FUNCIONAIS: A CONSENSUALIDADE COMO MEDIDA CONCRETIZADORA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	Profa. Doutora Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Presidente) Profa. Doutora Carla Amado Gomes (Orientadora) Profa. Doutora Ana Gouveia Martins (Arguente) Prof. Doutor Alar Leite
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	63762	Thaiany Sette da Silva	02/08/2023	Presidencialismo adaptado no caso brasileiro: A (in)eficiência de mecanismos de gestão de crises de governabilidade	Prof. Doutor Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho (Presidente) Prof. Doutor Pedro Sánchez (Orientador) Prof. Doutor Marco Caldeira (Arguente) Prof. Doutor Miguel Patrício
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	62045	Thais Figueira de Oliveira	29/09/2023	A regulação da Inteligência Artificial: uma análise comparativa sobre a proteção dos direitos fundamentais em diferentes ordenamentos jurídicos	Prof. Doutor Domingos Miguel Soares Farinho	Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente) Profa. Doutora Alexandra Leitão (Arguente) Prof. Doutor Domingos Soares Farinho (Orientador) Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	63754	Victor Henrique Vasconcelos Machado	02/08/2023	O Sistema Internacional de Direitos Humanos e o Impacto do Populismo nos Movimentos Migratórios	Prof. Doutor João Miguel Prata Roque	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Presidente) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Orientador) Profa. Doutora Ana Rita Gil (Arguente) Profa. Doutora Catarina Salgado
Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais	62167	Vladislava Kaplina	02/08/2023	Human Rights Due Diligence in Conflict-Affected and High-Risk Areas	Prof. Doutor Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Profa. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Orientador) Prof.ª Doutora Ana Rita Gil (Arguente) Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	60561	Yuri Lenin Duarte Jinkings	04/09/2023	Poder, soberania e estado de exceção	Profa. Doutora Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brizida Castro	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Presidente) Profa. Doutora Raquel Brizida Castro (Orientadora) Prof. Doutor João Tiago Silveira (Arguente) Prof. Doutor Francisco Mendes Correia
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	52739	Beatriz da Silva Correia Santos Ribeiro	10/07/2023	A proteção diplomática de cidadãos nacionais de Estados em desaparecimento	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Profa. Doutora Maria José Rangel de Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Prof. Doutor Jaime Valle (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	62316	Cristiane Ramos da Silva	10/07/2023	A Aplicabilidade dos Direitos Humanos das Mulheres através da Comissão sobre o Estatuto da Mulher	Prof. Doutor Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Profa. Doutora Sandra Lopes Luís (Arguente)
Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	63162	Malam Braima Sambu	11/07/2023	PROMOÇÃO DAS ENERGIAS DE FONTES RENOVÁVEIS: UM CONTRIBUTO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA GUINÉ-BISSAU	Profa. Doutora Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (Presidente) Prof. Doutora Carla Amado Gomes (Orientador) Profa. Doutora Heloisa Oliveira (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Histórico-Jurídicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega*	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	História do Direito	62039	Caio Miranda Cunha Cambráia Ferreira	03/10/2023	O Decreto de 1818 - Um marco na política migratória de D. João VI no Brasil.	Prof.(a) Doutor(a) Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Orientador) Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas (Arguente e Presidente) Prof.ª Doutora Margarida Seixas (Vogal) Prof.ª Doutora Ana Caldeira Fouto (Vogal) Prof.ª Doutora Ana Rita Gil (Vogal)
Ciência Jurídica	História do Direito	63213	Sintia Elenara Dorneles	09/10/2023	REFLEXOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E POLÍTICOS DAS PANDEMIAS E CRISES SANITÁRIAS HAVIDAS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX, MEDIDAS SISTÊMICAS E ORGANIZACIONAIS PARA COMBATÊ-LAS E AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS NO AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, PRETERINDO-SE DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	Prof.(a) Doutor(a) Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Orientador) Prof.ª Doutora Sílvia Alves (Presidente) Prof. Doutor Miguel Romão (Arguente) Prof. Doutor Filipe Arede Nunes (Vogal) Prof.ª Doutora Cláudia Monge (Vogal)
Ciência Jurídica	História do Direito	62055	Julio Cesar Gomes Guterres	09/10/2023	A liberdade religiosa em Portugal: uma perspectiva histórico-jurídica (O caso das Testemunhas de Jeová no Estado Novo)	Prof.(a) Doutor(a) Isabel Maria Dos Santos Graes	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas (Presidente) Prof.ª Doutora Susana Videira (Arguente) Prof.ª Doutora Isabel Graes (Orientadora) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Vogal)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Económicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Fiscal	61853	Rebecca Guedes Sobreira Gomes	06/10/2023	NFT's e tributação sobre a renda de pessoas singulares: uma perspectiva Portugal e Brasil.	Prof.(a) Doutor(a) Carlos Manuel Baptista Lobo	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo Prof(a). Doutor(a) Gustavo Courinha (arguente) Prof(a). Doutor(a) Filipe Arede Nunes
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	56783	João Guerra Pina	09/10/2023	Concorrência Fiscal entre Estados-Membros da União Europeia: Perspetivas de Futuro	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Prof(a). Doutor(a) Nazaré Costa Cabral Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira Prof(a). Doutor(a) Miguel Patrício (arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Histórico-Jurídicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega*	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Teoria do Direito	47437	Tatyana Rose Barbosa	29/09/2023	Práticas multidisciplinares e colaborativas: um novo contexto jurídico. O exercício das práticas multidisciplinares em busca da Justiça e da humanização do Direito sob a ótica do Pluralismo Jurídico	Prof. Doutor Filipe Daniel de Azeiteiro Nunes	Prof.ª Doutora Sílvia Alves (Presidente) Prof.ª Doutora Margarida Seixas (Arguente) Prof. Doutor Nuno Pissarra (Vogal) Prof. Doutor Jorge Silva Santos (Vogal)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Jurídicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional	41186	Alexandra Ribeiro Côrte-Real	21/08/2023	"Problemática da lei aplicável ao mérito da arbitragem internacional e potenciais desvios à lei escolhida pelas Partes"	Prof.(a) Doutor(a) Catarina Luísa Monteiro Pires	Prof(a). Doutor(a) Dário Moura Vicente (P) Prof(a). Doutor(a) Nuno Pissarra (A) Prof(a). Doutor(a) Catarina Monteiro Pires (O) Prof(a). Doutor(a) Jorge Silva Santos (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	62494	Amanda Iglesias Melo de Alencar	15/09/2023	A Responsabilidade Civil dos Influenciadores Digitais	Prof.(a) Doutor(a) Paula Sofia Vasconcelos Casimiro	Prof(a). Doutor(a) Adelaide Menezes Leitão (P) Prof(a). Doutor(a) Rui Ataíde (A) Prof(a). Doutor(a) Sofia Casimiro (O) Prof(a). Doutor(a) Rui Tavares Lancelo (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	63756	Ana Luíza Soares da Silva dos Santos	28/09/2023	A Dificuldade Probatória nas Demandas Processuais que Envolvem Erros Médicos no Brasil e em Portugal	Prof.(a) Doutor(a) José Luís Bonifácio Ramos	Prof(a). Doutor(a) Rui Pinto (P) Prof(a). Doutor(a) José Luís Bonifácio Ramos (O) Prof(a). Doutor(a) Isabel Alexandre (A) Prof(a). Doutor(a) Jaime Valle (V)
Ciência Jurídica	Direito Intelectual	61789	António de Figueiredo Murta Filho	18/08/2023	"Regime e natureza jurídica da concorrência parasitária".	Prof.(a) Doutor(a) Dário Manuel Lentz Moura Vicente	Prof(a). Doutor(a) Luís Menezes Leitão (P) Prof(a). Doutor(a) Dário Moura Vicente (O) Prof(a). Doutor(a) Sofia Casimiro (A) Prof(a). Doutor(a) Raquel Alexandra Castro (V)
Ciência Jurídica	Direito Laboral	61796	Caio César Ramos dos Santos	24/07/2023	O Sindicalismo na Indústria 4.0	Prof.(a) Doutor(a) Maria Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Prof(a). Doutor(a) Pedro Madeira de Brito (P) Prof(a). Doutor(a) Maria do Rosário Palma Ramalho (O) Prof(a). Doutor(a) Sónia Santos Viana (A) Prof(a). Doutor(a) Pedro Moniz Lopes (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	63768	Camila Schwonke Zanatta	24/07/2023	A proteção dos dados pessoais do consumidor na internet: uma análise luso-brasileira.	Prof.(a) Doutor(a) Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Prof(a). Doutor(a) Barreto Menezes Cordeiro (P e A) Prof(a). Doutor(a) Elsa Dias Oliveira (O) Prof(a). Doutor(a) Tiago Soares da Fonseca (V) Prof(a). Doutor(a) Pedro Fernandez Sanchez (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	61919	Kathleen Ohana De Oliveira Santos	25/07/2023	Problemáticas em aberto do instituto da indignidade sucessória sob uma perspectiva do direito português e brasileiro	Prof.(a) Doutor(a) Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Prof(a). Doutor(a) Luís Menezes Leitão (P) Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (O) Prof(a). Doutor(a) Daniel Moraes (A) Prof(a). Doutor(a) Paulo Alves Parda (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	63803	Mariah Eduarda de Medeiros Batista	02/08/2023	O CONSENTIMENTO DO TITULAR PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA INTERNET	Prof.(a) Doutor(a) Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Prof(a). Doutor(a) Barreto Menezes Cordeiro (P e A) Prof(a). Doutor(a) Elsa Dias Oliveira (O) Prof(a). Doutor(a) Paula Meira Lourenço (V) Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (V)
Ciência Jurídica	Direito Laboral	63830	Marli Sofia Duarte Costa	28/09/2023	Acidentes de Trabalho- sua existência, responsabilidade civil e indemnização	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Manuel Almeida Madeira Brito	Prof(a). Doutor(a) Luís Gonçalves da Silva (P) Prof(a). Doutor(a) Pedro Madeira de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) Guilherme Dray (A) Prof(a). Doutor(a) Miriam Brigas (V)
Ciência Jurídica	Direito Comercial	64095	Tereza Cristina Oliveira Carneiro da Cunha	29/09/2023	A supervisão bancária no sistema normativo brasileiro no contexto da pandemia do Covid-19	Prof.(a) Doutor(a) Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Prof(a). Doutor(a) Januário Costa Gomes (P) Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva (O) Prof(a). Doutor(a) Maria Raquel Rei (A) Prof(a). Doutor(a) Miguel Carlos Patrício (V)
Ciência Jurídica	Direito Civil	63247	Thiago Meneghetti Rossari	17/07/2023	Aspectos Jurídicos dos Instrumentos de Investimento Coletivo Imobiliário em Portugal e no Brasil: uma análise da proposta brasileira de criação dos Fundos de Investimento Imobiliário Federais	Prof.(a) Doutor(a) António Manuel Barreto Espadinha de Menezes Cordeiro	Prof(a). Doutor(a) Diogo Costa Gonçalves (P) Prof(a). Doutor(a) Barreto Menezes Cordeiro (O) Prof(a). Doutor(a) Catarina Monteiro Pires (A) Prof(a). Doutor(a) Miguel Lopes Romão (V)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito da Empresa	63919	Abiú Emanuel Sangabi Domingos	24/07/2023	Os deveres de informação do intermediário financeiro no contrato de gestão de carteiras	Prof.(a) Doutor(a) Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Prof(a). Doutor(a) José Ferreira Gomes (P) Prof(a). Doutor(a) Francisco Mendes Correia (O) Prof(a). Doutor(a) Madalena Perestrelo de Oliveira (A)
Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	61940	Camila Lima da Silva	10/07/2023	Reconhecimento de sentença arbitral estrangeira anulada no país onde foi proferida	Prof.(a) Doutor(a) Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Prof(a). Doutor(a) Dário Moura Vicente (P) Prof(a). Doutor(a) Elsa Dias Oliveira (O) Prof(a). Doutor(a) Nuno Pissarra (A)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	60335	Carolina Reis Machado	10/07/2023	A Possibilidade de Dispensa De Pena No Crime de Corrupção - a propósito do fundamento e limites de um Direito Penal Premial	Prof.(a) Doutor(a) Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (O) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (A)
Prática Jurídica	Direito Civil	56890	Carolina Sousa Freitas	29/09/2023	O papel dos pais e padrinhos no apadrinhamento civil	Prof.(a) Doutor(a) Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Prof(a). Doutor(a) Luís Menezes Leitão (P) Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (O) Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (A)
Prática Jurídica	Direito Civil	53246	Jéssica Vitória Melo Gonçalves	27/07/2023	Responsabilidade Civil por Nascimento Indevido (Wrongful Birth)	Prof.(a) Doutor(a) Manuel Januario Costa Gomes	Prof(a). Doutor(a) José Ferreira Gomes (P) Prof(a). Doutor(a) Januário Costa Gomes (O) Prof(a). Doutor(a) Maria de Lurdes Pereira (A)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	45341	João Miguel Calisto Barreiros	25/08/2023	CONTENCIOSO URGENTE DOS PROCEDIMENTOS DE MASSA: O ARTIGO 99.º DO CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Prof(a). Doutor(a) José Luís Bonifácio Ramos (P) Prof(a). Doutor(a) Rui Pinto (A) Prof(a). Doutor(a) Miguel Assis Raimundo (O)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	52711	João Pedro Batista Dias	10/07/2023	Regulação e Supervisão das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo no Âmbito do SICAM - Os Poderes da Caixa Central	Prof.(a) Doutor(a) Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Prof(a). Doutor(a) José Ferreira Gomes (P) Prof(a). Doutor(a) Francisco Mendes Correia (O) Prof(a). Doutor(a) João Galdes (A)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	47530	João Pedro Ribeiro Henriques	10/07/2023	O direito a desligar dos funcionários públicos fora do tempo de trabalho	Prof.(a) Doutor(a) Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Prof(a). Doutor(a) Maria Rosário Ramalho (P) Prof(a). Doutor(a) Guilherme Dray (A) Prof(a). Doutor(a) Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves (O)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	63902	Marcella Leandro Castellar Pinheiro	24/07/2023	O tratamento e a segurança de dados pessoais para fins de pagamento remoto em operações de comércio eletrónico	Prof.(a) Doutor(a) Diogo Neves Pereira Duarte	Prof(a). Doutor(a) Barreto Menezes Cordeiro (P) Prof(a). Doutor(a) João Espírito Santo (A) Prof(a). Doutor(a) Diogo Pereira Duarte (O)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	56996	Maria João Monteiro Barreira	21/09/2023	Compliance e investigação criminal da corrupção	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Paulo Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (A)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	63860	Mariana Menezes Saraiva	02/08/2023	SOBRE-ENDIVIDAMENTO: FERRAMENTAS DE PREVENÇÃO DO RISCO E MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO	Prof.(a) Doutor(a) Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Prof(a). Doutor(a) Barreto Menezes Cordeiro (P) Prof(a). Doutor(a) João Espírito Santo (A) Prof(a). Doutor(a) Francisco Mendes Correia (O)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito da Empresa	44338	Natacha Andreia da Costa de Matos e Reis Branco	02/08/2023	Da Responsabilidade Civil dos Administradores de Instituições de Crédito perante o Cliente	Prof.(a) Doutor(a) José João Montes Ferreira Gomes	Prof(a). Doutor(a) Januário Costa Gomes (P) Prof(a). Doutor(a) José Ferreira Gomes (O) Prof(a). Doutor(a) Francisco Mendes Correia (A)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	64882	Wilma Keka-Ngó Mário Jerónimo	07/08/2023	RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA: OBRIGAÇÃO DE MEIO VERSUS DE RESULTADO	Prof.(a) Doutor(a) João José Marques Martins	Prof(a). Doutor(a) Rui Ataíde (P) Prof(a). Doutor(a) João Geraldes (A) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (O)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa Constituição de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA | ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri	Função ¹
Nome: Daniel Vieira Lourenço N.º: 56829 Data Entrega: 08-08-2023	"Crédito Compensatório: contributo para o estudo do fundamento, âmbito, extensão e determinação no Ordenamento Jurídico Português"	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro Prof(a). Doutor(a) Susana Videira	Orientador Presidente Arguente Vogal

¹ Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

2 4



Grupo Científico: Ciências Jurídicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional	61891	Thais Nubie Lacorte	09/10/2023	A Cibersegurança Aplicada às Relações Comerciais Internacionais	Prof.(a) Doutor(a) João José Marques Martins	Prof(a). Doutor(a) Elsa Dâ Oliveira (P) Prof(a). Doutor(a) Sofia Casimiro (A) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (O) Prof(a). Doutor(a) Mafalda Carmona (V)
Prática Jurídica	Direito Civil	53008	Catarina Alexandra Niza Madeira	10/07/2023	A tutela da saúde mental da criança	Prof.(a) Doutor(a) Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (P e A) Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (O) Prof(a). Doutor(a) Daniel Morais (V)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	57054	Beatriz Baptista de Almeida Fernandes	06/10/2023	Garantias processuais dos intervenientes nos processos de confiança com vista a futura adoção	Prof.(a) Doutor(a) Misabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Prof(a). Doutor(a) Rui Pinto (P e A) Prof(a). Doutor(a) Isabel Alexandre (O) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (V)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	57083	Daniela Alexandra Soares Silvestre	06/10/2023	Da Responsabilidade Bancária pela Concessão de Crédito	Prof.(a) Doutor(a) Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (P e A) Prof(a). Doutor(a) Francisco Mendes Correia (O) Prof(a). Doutor(a) Madalena Perestrelo de Oliveira (V)
Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	56905	Ana Luísa Pita Olival	10/10/2023	Direito à não auto-incriminação da pessoa coletiva arguida. Quem pode exercê-lo e quanto a que factos?	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Paulo Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) Alair Leite (A)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Económicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito e Economia	57109	Catarina de Vasconcelos Avelino Santos Fernandes	02/08/2023	O Digital Markets Act e o uso de dados pessoais por parte das grandes plataformas: uma perspetiva jusconcorrencial	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Jose Pinto Tavares Moura e Silva	Prof(a). Doutor(a) Nazaré Costa Cabral (presidente) Prof(a). Doutor(a) Miguel Moura e Silva Prof(a). Doutor(a) António Barreto Menezes Cordeiro Prof(a). Doutor(a) Miguel Sousa Ferro (arguente)
Ciência Jurídica	Direito e Economia	61815	Lucas Corte Real De Oliveira	27/07/2023	ECONOMIA DO CRIME E LAVAGEM DE DINHEIRO: Uma análise do mercado de capitais e da blockchain.	Prof.(a) Doutor(a) Fernando Jose Borges Correia Araujo	Prof(a). Doutor(a) Paulo Sousa Mendes (presidente) Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo Prof(a). Doutor(a) Elsa Dias de Oliveira Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva (arguente)
Ciência Jurídica	Direito Financeiro e Económico Global	63777	Mariana Carneiro Rosa	27/09/2023	Globalização (Económica) e Igualdade de Género	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Miguel Infante Mota	Prof(a). Doutor(a) Nazaré Costa Cabral (presidente) Prof(a). Doutor(a) Pedro Infante Mota Prof(a). Doutor(a) Elsa Dias de Oliveira Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva (arguente)
Ciência Jurídica	Direito e Economia	63787	Mariana de Padua Tomasi Keppen	07/08/2023	Sistemas de Integridade: compliance como ferramenta de gestão	Prof.(a) Doutor(a) Fernando Jose Borges Correia Araujo	Prof(a). Doutor(a) Paulo Otero (presidente) Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira Prof(a). Doutor(a) Miguel Patrício (arguente)
Ciência Jurídica	Direito Fiscal	61870	Mariana Dresch da Silveira e Silva	27/07/2023	TRIBUTAÇÃO E GÊNERO: análise da influência dos impostos sobre a renda e sobre o consumo nas desigualdades entre homens e mulheres no Brasil e em Portugal	Prof.(a) Doutor(a) Carlos Manuel Baptista Lobo	Prof(a). Doutor(a) Luis Morais (presidente) Prof(a). Doutor(a) Silvia Alves Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (arguente)
Ciência Jurídica	Direito Fiscal	63681	Paco Esdras Anselmo Fonseca Pereira	29/09/2023	O essencial é visível aos impostos	Prof.(a) Doutor(a) Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo (presidente) Prof(a). Doutor(a) Ana Paula Dourado Prof(a). Doutor(a) Diogo Costa Gonçalves Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (arguente)
Ciência Jurídica	Direito Fiscal	61783	Yara Medeiros da Nóbrega	27/07/2023	Benefícios Fiscais para o Mecenato Cultural: Perspetivas no Brasil e em Portugal	Prof.(a) Doutor(a) Guilherme Waldemar Goulão Dos Reis de Oliveira Martins	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo (presidente) Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo (arguente) Prof(a). Doutor(a) Pedro Caridade Freitas Prof(a). Doutor(a) Guilherme Oliveira Martins
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	59672	Vinicius Senra Gomes	07/06/2023	A entrada do Brasil na OCDE	Prof.(a) Doutor(a) José Renato Gonçalves	Prof(a). Doutor(a) Miguel Moura e Silva (presidente) Prof(a). Doutor(a) José Renato Gonçalves Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo (arguente)
Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	43353	Joana Alexandra Tomaz Hiltzbrich	31/05/2023	A insuficiência do critério do volume de negócios no controlo de concentrações no mercado digital – o caso das killer acquisitions	Prof.(a) Doutor(a) Miguel de Sousa Ferro	Prof(a). Doutor(a) Paula Vaz Freire (presidente) Prof(a). Doutor(a) Miguel Sousa Ferro Prof(a). Doutor(a) Guilherme Oliveira Martins (arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



\$

4

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Raquel Maria Caldeira Fernandez Nº: 65769	Prof.(a) Doutor(a) Rui Carlos Gonçalves Pinto	A atuação da Direção-Geral da Política de Justiça nas negociações de instrumentos de cooperação internacional em matéria civil (antigo título)	A prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: O papel das entidades que exercem atividade com ativos virtuais

Serviço Académico
16 de outubro de 2023

8
4

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Fábio Barbosa Nº: 59802	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	A participação "custos vulnerabilis" da Defensoria Pública na investigação criminal: Uma teoria sobre a materialização da proporcionalidade no acordo de não persecução penal	A NATUREZA JURÍDICA DA DECLARAÇÃO DE ACEITE NOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA VALORAÇÃO PROBATÓRIA DAS HOMOLOGAÇÕES JUDICIAIS

Serviço Académico
17 de outubro de 2023



Handwritten signature and initials in blue ink.

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Oscar Stefano Fioravanti Junior Nº: 60383	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Acesso de dados em monitoramento on-line - da possibilidade de instalação de software espião (trojans) para a produção da prova no processo penal, frente ao direito à privacidade.	O fenómeno das deepfakes: (ainda) é possível crer nas provas que vemos no processo penal?

Serviço Académico
10 de outubro de 2023



8
4

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Ana Caroline Pires Bezerra de Carvalho Nº: 61876	Prof.(a) Doutor(a) Rui Manuel Tavares Lanceiro	Modelo de regulação da desinformação proposto pela Carta Portuguesa dos Direitos do Homem na Era Digital	O tratamento da desinformação pelo Regulamento Serviços Digitais da União Europeia

Serviço Académico
10 de outubro de 2023



8
5

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Bruna Dantur Nº: 60528	Prof.(a) Doutor(a) Rui Carlos Gonçalves Pinto	Autoridade do Caso Julgado	Os limites objetivos do caso julgado e as questões prejudiciais

Serviço Académico
10 de outubro de 2023



4

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Dina Vanessa Freitas Teixeira Nº: 51148	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	A declaração antecipada de não cumprimento	Da ilegitimidade para arrendar - Contributo para o estudo do regime do arrendamento de bem alheio

Serviço Académico
10 de outubro de 2023



Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: João Ricardo Moreira Monteiro da Franca Júnior Nº: 62046	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Pesquisa e apreensão de dados informáticos no processo penal	A Busca e Apreensão de Dados Informáticos e a Tutela do Direito à Privacidade Digital

Serviço Académico
17 de outubro de 2023



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Raquel Maria Caldeira Fernandez Nº: 65769	A prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: O papel das entidades que exercem atividade com ativos virtuais	Prof.(a) Doutor(a) Rui Carlos Gonçalves Pinto	Prof.(a) Doutor(a) Orientadora: Inês Ferreira Leite Coorientadora: Rute Saraiva



Informações adicionais

A aluna Raquel Maria Caldeira Fernandez (65769), do curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica, inscrita na especialidade de Ciências Jurídico-Forenses, encontra-se a frequentar o estágio na Luso Digital Assets, a fim de elaborar o seu relatório de estágio.

O tema inicialmente registado e deferido pelo Conselho Científico seria *"Contencioso e Resolução de Litígios em entidades que exercem atividade com ativos virtuais: Desafios Legais e soluções"*, sendo que a aluna solicitou a alteração do tema/título para *"A prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: O papel das entidades que exercem atividade com ativos virtuais"*. À data de preparação do presente mapa de alteração de orientador(a) (02 de outubro de 2023), o pedido de alteração de título/tema encontra-se para apreciação pela CEPG.

O desenvolvimento do relatório de estágio decorre sob orientação do Sr. Professor Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto e com a coorientação da Sr^a. Professora Doutora Madalena Catarino. Solicita pelo requerimento REQ2023 / 11621 a alteração de orientador e coorientador, solicitando como orientadora a Sr^a. Professora Doutora Inês Ferreira Leite e como coorientadora a Sr^a. Professora Doutora Rute Saraiva.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4

DECLARAÇÃO

Inês Ferreira Leite, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara que aceita orientar o Relatório de Estágio no Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses, de Raquel Maria Caldeira Fernandez com o tema “A prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: O papel das entidades que exercem atividade com ativos virtuais”.

Lisboa, 28/09/2023

Inês Ferreira Leite



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DECLARAÇÃO

Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara que aceita coorientar o Relatório de Estágio no Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses, de Raquel Maria Caldeira Fernandez com o tema “A prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: O papel das entidades que exercem atividade com ativos virtuais”.

Lisboa, 25/09/2023

Rute Saraiva



Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO CIVIL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Maria Leonor Soares Ruivo N.º: 49747 Data de Entrega: 09-06-2023	"O seguro de grupo e suas especificidades no domínio laboral"	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (O) José Alberto Vieira (P) José Alves de Brito (A)* Francisco Rodrigues Rocha (V)*	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (O) José Alberto Vieira (P) Luis Gonçalves da Silva (V) Francisco Rodrigues Rocha (A)

*Alteração de Professor Arguente e Vogal.

h A

Substituição de Júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri	Novo Júri
Maria João Aires Barbosa Ribeiro Ferreira Aluna n.º 62061	Direito da Empresa	Prof. Doutor Guilherme Machado Dray	07/07/2023	O regime jurídico do teletrabalho, em especial o decorrente da epidemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2	Prof.ª Doutora Sónia Santos Viana (P e A) Prof.ª Doutora Isabel Vieira Borges (V) Prof. Doutor Guilherme Machado Dray (O)	Prof.ª Doutora Isabel Vieira Borges (P) Prof.ª Doutora Sónia Santos Viana (A) Prof. Doutor Guilherme Machado Dray (O)

h A



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO CIVIL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Rafaela Pinheiro de Andrade Machado N.º: 63838	"Crypto assets: O equilíbrio entre a necessidade de regulamentação AML e a proteção de dados"	Prof(a). Doutor(a) António Barreto Menezes Cordeiro	Prof(a). Doutor(a) Diogo Pereira Duarte

5



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Igo Pessoa Santos N.º: 63202 Data de Entrega: 21-03-2022	"O livre desenvolvimento da personalidade no direito constitucional: Trajetórias, Conteúdo e Metodologia"	Prof(a). Doutor(a) Vitalino Canas	Prof(a). Doutor(a) Maria Joao Estorninho (P) Helena Morão (V)* Pedro Moniz Lopes (A) Vitalino Canas (O)	Prof(a). Doutor(a) Maria Joao Estorninho (P) Miriam Afonso Brigas (V) Pedro Moniz Lopes (A) Vitalino Canas (O)

*Alteração de Professor Vogal.

5



Mestrado em Direito e Gestão

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri
Direito e Gestão	65436	Caroline Maria Teixeira da Silva Matos	29/06/2023	The New EU AML/CFT Framework: What changes for the Obligated Entities, a case study of BPI Bank.	Prof.(a) Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes Prof.(a) Doutor(a) Pedro Rino Vieira (Coorientador)	Prof(a). Doutor(a) Pedro Madeira de Brito (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Luís Silva Morais (Arguente)

Nota: nos termos do n.º 1 do art. 23.º do Regulamento (Despacho n.º 7633/2021, de 3 de agosto) "O júri para apreciação do trabalho final de mestrado é designado por despacho conjunto da direção das duas Escolas, sob proposta dos Coordenadores Científicos e posteriormente comunicado ao Conselho Científico de cada Escola para informação".

Candidatura à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 18 de outubro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58713	Amadu Tidjane Baldé	O Decretamento Provisório de Providências Cautelares no Contencioso Administrativo da Guiné-Bissau	Cláudio Ramos Monteiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo

Versão do documento: 12-10-2023 MN

5

8



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Pedro Pereira Pimenta	Ciências Jurídico-Políticas	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito	03/07/2023	A dignidade da pessoa humana na Constituição Federal do Brasil de 1988	Prof. Doutor Gonçalo Matias (UCP) Prof. Doutor Luís Meneses do Vale (FDUC) Prof. Doutora Maria João Estorninho Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Jaime Valle Prof. Doutora Susana Videira

5 B



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Martha Macedo Sittoni	Direito e Economia	Prof. Doutor Fernando Araújo	15/09/2023	A Economia das Pensões - O Problema da Sustentabilidade da Segurança Social face ao Envelhecimento Populacional e à Instabilidade do Mercado de Trabalho	Prof. Doutor João Carlos Loureiro (FDUC) Prof. Doutor Pedro de Pita Barros (NovaSBE) Prof. Doutor Fernando Araújo Prof.a Doutora Nazaré Costa Cabral Prof.a Doutora Paula Vaz Freire Prof.a Doutora Cláudia Madaleno

5 8



Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Carlos Magno Moulin Lima	Ciências Jurídico-Civis	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma	17/02/2022	Novos Direitos no Mundo Virtual	Prof. Doutor André Dias Pereira Prof. Doutora Alessandra Silveira Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto Prof. Doutora Isabel Alexandre Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro



**Mapa de Admissão à Fase de Preparação da Tese de Doutoramento
com Dispensa da Fase Escolar/Per Saltum**

Candidato(a)	Especialidade	Prof.(a) Orientador(a)	Título da Dissertação/Tese	Resumo
Nome: Ricardo Alexandre Pimentel Neves Nº: 47641	Ciências Jurídico-Políticas	Professor Doutor Paulo Otero	Da Caducidade dos Actos Administrativos Ampliativos - Estrutura, Fundamento e Natureza Jurídica	O aluno concluiu a Licenciatura em Direito nesta Faculdade, que concluiu com média final de 17 (dezassete) valores, no ano letivo 2014/2015. Encontra-se a frequentar o ciclo de estudos de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, estando inscrito na especialidade de Direito Administrativo. Concluiu a parte curricular deste curso, no ano letivo 2018/2019, com média de 18 (dezoito) valores. Encontra-se na fase de elaboração da dissertação, sendo que o prazo para entrega da dissertação se encontra suspenso pelo facto de o estudante ter sido nomeado como especialista do Gabinete do Provedor de Justiça, exercendo funções desde 28 de abril de 2023.

Parecer da Comissão de Estudos Pós-Graduados

PARECER DA COMISSÃO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

ASSUNTO: Requerimento para acesso direto à fase de preparação da tese de doutoramento (artigo 73.º/3 do

Serviço Académico
17 de outubro de 2023

Regulamento do Mestrado e do Doutoramento – adiante RMD)

REQUERENTE: Licenciado Ricardo Alexandre Pimentel Neves

TEMA: Da Caducidade dos Actos Administrativos Ampliativos - Estrutura, Fundamento e Natureza Jurídica

ESPECIALIDADE: Ciências Jurídico-Políticas

OBJETO: “caducidade dos atos administrativos ampliativos”

ORIENTADOR: Professor Doutor Paulo Otero

*

Tendo analisado o pedido apresentado pelo Licenciado Ricardo Alexandre Pimentel Neves, bem como os documentos que o instruem, a CEPG, nos termos do artigo 73.º/5 do RMD, emite parecer favorável ao requerido, porquanto:

1. O requerente é Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação final de 17 valores e concluiu o Curso de Especialização do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, especialidade em Direito Administrativo, com a classificação final de 18 valores (n.º 3 do artigo 73.º RMD);
2. A especialidade do mestrado concluído pelo requerente – especialidade de Direito Administrativo – e a especialidade em que pretende concluir o doutoramento – especialidade de Ciências Jurídico-Políticas – são coincidentes (alínea a) do n.º 2 do artigo 73.º RMD);
3. O requerente é docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2020, sendo igualmente Licenciado (2015) pela mesma Faculdade (alínea b) do n.º 2 do artigo 73.º RMD);
4. O mestrado frequentado pelo requerente tem natureza científica (alínea c) do n.º 2 do artigo 73.º RMD);
5. O parecer do orientador está fundamentado nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 73.º RMD;
6. O tema proposto para a tese de doutoramento é formal e materialmente conforme à especialidade do doutoramento (n.º 4 do artigo 73.º RMD).

É este, s.m.o., o nosso parecer.

Lisboa, 17 de outubro de 2023

P/ CEPG.

Serviço Académico
17 de outubro de 2023



Admissão - Pós-Doutoramento 2023/2024

Candidato	Especialidade	Título	Orientador
Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau	Especialidade Em Ciências Jurídico-Civis	Jurisdição Administrativa E Judicial: Conformações Para A Construção Adequada De Um Processo Coletivo Estrutural No Brasil E Em Portugal	Paula Costa e Silva
Paula Marcilio Tonani De Carvalho	Especialidade Em Ciências Histórico-Jurídicas	A Verdade E A Concretização Da Justiça No Estado Democrático De Direito Uma Perspetiva Histórico-Jurídica	Eduardo Vera-Cruz Pinto
Leandro Paulsen	Especialidade Em Ciências Jurídico-Económicas	A Arbitragem Tributária Como Meio Preferencial Para A Resolução De Conflitos Por Heterocomposição No Contexto Da Litigância Tributária	Ana Paula Dourado
Antonio Lopo Martinez	Especialidade Em Ciências Jurídico-Económicas	Acordos De Investimento E Tributação	Nuno Cunha Rodrigues
Guilherme Centenaro Hellwig	Especialidade Em Ciências Jurídico-Económicas	Pagamentos Na Era Digital: Uma Análise À Luz Das Transformações Impulsionadas Pelo Avanço Tecnológico	Fernando Araújo
Valton Dorea Pessoa Valton	Especialidade Em Ciências Jurídico-Civis	A Incidência Do Venire Contra Factum Proprium E O Exercício Abusivo De Direito Nas Relações Individuais Do Trabalho Em Portugal.	Rosário Palma Ramalho
Roberto Castro De Figueiredo	Especialidade Em Ciências Jurídico-Civis	A Arbitrabilidade Das Disputas Sobre Direitos E Obrigações Relativos À Propriedade Intelectual No Direito Brasileiro	Paula Costa e Silva
Daniel Amorim Assumpção Neves	Especialidade Em Ciências Jurídico-Civis	Recorribilidade Da Sentença À Luz Do Princípio Do Duplo Grau De Jurisdição	Paula Costa e Silva
Rafael De Macedo	Especialidade Em Ciências Jurídico-Económicas	A Concorrência Como Instrumento De Política Económica: A Questão Dos Campeões Nacionais E Os Ganhos De Eficiência.	Nuno Cunha Rodrigues
Antonio Junior	Especialidade Em Ciências Jurídico-Civis	Da Culpa Presumida Na Prática De Assédio Processual Por Atos Processuais Concertados – Aplicação Do Instituto No Direito Brasileiro E No Direito Portugues	Paula Costa e Silva



Constituição de Júri de Pós-Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Ana Luiza Barreto de Andrade Fernandes Nery	Ciências Jurídico-Civis	Profa. Doutora Paula Costa e Silva	22/06/2023	Dever de Revelação como parâmetro para a aferição de independência e imparcialidade dos árbitros no Brasil e em Portugal	Profa. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Profa. Doutora Paula Costa e Silva (Orientadora) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas Profa. Doutora Elsa Dias Oliveira (Arguente)

h

[Handwritten signature]